

REVISTA

QUATRO Águas

Integração: Comitês reúnem esforços para desenvolvimento do Plano de Bacia

Pág.16



**A Responsabilidade
Socioambiental do
Comitê Médio
Paraíba do Sul**

Pág.07



**Comitê
Piabanha realiza
monitoramento
dos rios da região**

Pág.12



**Projeto Diagnóstico e
Intervenção: ações do
CBH-R2R em prol da
segurança hídrica**

Pág.23



**A Sala de
Monitoramento e a
gestão participativa
do CBH-BPSI**

Pág.26

Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs)

O que são?

- São locais de discussão e decisão que reúnem representantes dos Usuários de Água, Poder Público e Sociedade Civil.
- Por seu poder consultivo, normativo e deliberativo, os Comitês são considerados como "Parlamentos das Águas", cujo objetivo é garantir a gestão participativa, integrada e descentralizada da água.



Quais são suas principais atribuições?

- Deliberar sobre o Plano de Recursos Hídricos da Bacia.
- Arbitrar conflitos pelo uso das águas, em primeira instância.
- Debater sobre as questões de uso da água na bacia.
- Aprovar propostas para usos não outorgáveis, enquadramento dos corpos d'água, mecanismos e valores da cobrança pelo uso.

Como funcionam?

- Todo comitê tem suas regras de atuação definidas em um regimento interno. É este o documento que estabelece por exemplo os objetivos, área física de atuação, atribuições, estrutura organizacional, composição e demais regras para o funcionamento do comitê.
- As instâncias que compõem a estrutura organizacional de um comitê são: plenário, diretoria colegiada, câmaras técnicas, grupos de trabalhos e secretaria executiva.
- Os representantes titulares e suplentes que compõem o plenário e diretoria durante determinado mandato são indicados pelas instituições e escolhidos através de processos eleitorais, de acordo com as regras estabelecidas no edital do processo eleitoral e no regimento interno do comitê.
- O estabelecimento das normas, a apresentação de sugestões e deliberação de ações e programas para a bacia hidrográfica, ocorrem nas reuniões plenárias periódicas realizadas pelos comitês.



Como participar?

Para participar, veja se sua representatividade se enquadra em um dos três segmentos abaixo e procure o Comitê de Bacia que atende a sua região:

- **Sociedade civil:** pessoas físicas com representação constituída por consórcios e/ou associações, organizações técnicas de ensino e pesquisa, organizações não governamentais e outras organizações reconhecidas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ, que tenham como atividades projetos e ações a defesa, conservação e proteção de recursos hídricos e meio ambiente;
- **Usuários de água:** pessoas físicas ou jurídicas que fazem uso de recursos hídricos superficiais ou subterrâneos através de derivação ou captação, extração de água de aquífero, lançamento em corpo d'água de resíduos líquidos tratados ou não, aproveitamento dos potenciais hidrelétricos e outros usos que alterem o regime, a quantidade ou qualidade da água. São as indústrias, agricultores, piscicultores, mineradores, companhias de saneamento e todos que dependem das águas dos rios, córregos, lagos, poços artesianos e freáticos do Estado;
- **Poder Público:** funcionários pertencentes à administração direta, autarquias e fundações públicas atuantes na região da bacia e que estejam relacionadas com recursos hídricos.

Editorial

Esta é a segunda edição da Revista Quatro Águas. A primeira foi publicada ao final de 2018 e foi focada prioritariamente em apresentar a todos, tanto população em geral como atores do sistema de gestão de recursos hídricos, os trabalhos desempenhados pelos Comitês de Bacias Médio Paraíba do Sul, Piabanha, Rio Dois Rios e Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.

Nesta edição, a Quatro Águas complementa informações já apresentadas, atualiza o leitor sobre as novas iniciativas dos Comitês e projetos em andamento. Cada êxito alcançado não é mérito do Comitê e sim de toda população que busca participar e entender a importância de sua atuação para cuidar das nossas águas.

Os Comitês de Bacias são organismos colegiados que fazem parte do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, instituído pela Lei das Águas, a Lei 9.433/1997. Atualmente, há mais de 230 em funcionamento no País. Compreender seu trabalho, saber cobrar e avaliar os resultados, é colaborar com a gestão participativa dos recursos hídricos.

Sabemos que cada localidade possui seus problemas específicos e diferentes conflitos de interesse. Isso torna o desafio da gestão ainda maior. Porém, se nossa gestão ocorrer de forma integrada podemos potencializar as ações, articular soluções e assim minimizar os conflitos de forma satisfatória e sustentável.

Tenha uma boa leitura!

Equipe Quatro Águas

Expediente

Comitê Médio Paraíba do Sul

Presidente: José Arimathéa Oliveira
Vice-presidente: Vera Lúcia Teixeira
Secretária-executiva: Flávia Cristina de Almeida Cordovil Pires
Diretoras: Daniela Vidal Vasconcelos, Edna Andrade de Azevedo e Márcia Cinira Neves
www.cbhmedioparaiba.org.br

Comitê Piabanha

Presidente: Rafaela dos Santos Facchetti Vinhaes Assumpção
Secretário-executivo: Luís Eduardo Amorim Ramos
Diretores: Erika Melo Brandão Assis, José Paulo Soares de Azevedo, Markus Stephan Wolfjdunkell Budzynkz e Raimundo Antônio Lopes
www.comitepiabanha.org.br

Comitê Rio Dois Rios

Diretor Presidente: Lícius de Sá Freire
Diretor Vice-presidente: Valbert Schott
Diretora Secretária-executiva: Alda Maria de Oliveira
Diretores: Mayná Coutinho Moraes, Jovino Fernandes de Azeredo Júnior e Leonardo Ivan Debossan
www.cbhriodoisrios.org.br

Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana

Diretor Presidente: João Gomes de Siqueira
Diretor Vice-presidente: Evaldo Gonçalves Júnior
Diretor Secretário-executivo: Carlos Ronald Macabu Arêas
Diretores administrativos: Vicente de Paulo Santos de Oliveira, Fernando Costa e Zenilson Amaral Coutinho
www.cbhbaixoparaiba.org.br

A Revista Quatro Águas é uma publicação oficial dos 4 CBHs com periodicidade anual.

Coordenação Técnica:

Contato: agevap@agevap.org.br
www.agevap.org.br



Endereço: Rua Elza da Silva Duarte, 48 (loja 1A) – Manejo – Resende-RJ
Redação e reportagem: Monique Soares (Jornalista- Mtb 32497/RJ) – Especialista Adm. Comunicação (Agevap)
Núcleo de Revisão: Juliana Fernandes (Diretora), Nathália Vilela (Gerente) e Tatiana Ferraz (Gerente)
Imagens: Arquivo Agevap
Editor: Matheus Campos
Layout e Diagramação: Regina Beer/Shout Publicidade
Impressão: Resolução Indústria Gráfica - Tiragem: 3000 exemplares

Índice

- 02 VII Ecob tem recorde de público
- 03 Comitês reforçam suas ações com Escritório de Projetos
- 04 Fórum Fluminense: integração, articulações políticas e gestão participativa
- 06 Comitê aprova investimento de R\$ 14,9 milhões em projetos e ações voltadas para a Bacia do Médio Paraíba do Sul até 2022
- 07 A Responsabilidade Socioambiental do Comitê Médio Paraíba do Sul
- 08 Eventos e projetos consolidam ações de Educação Ambiental
- 09 Conheça o Comitê Médio Paraíba do Sul
- 10 Atlas Piabanha: conteúdo moderno e digital
- 12 Comitê Piabanha realiza monitoramento dos rios da região
- 13 Membros do Comitê Piabanha recebem Prêmio Chico Mendes
- 14 Comitê Piabanha financia obras e projetos de esgotamento sanitário
- 15 Conheça o Comitê Piabanha
- 16 Integração: Comitês reúnem esforços para desenvolvimento do Plano de Bacia
- 18 O desafio das outorgas e os critérios de concessão
- 19 O GT FUNDRHI e a gestão descentralizada dos recursos
- 20 Comitê Rio Dois Rios investe em projetos de coleta e tratamento de esgoto
- 22 Encontros Técnicos discutem gerenciamento de recursos hídricos
- 23 Projeto Diagnóstico e Intervenção: ações do CBH-R2R em prol da segurança hídrica
- 24 A gestão 2019-2020 do Comitê Rio Dois Rios
- 25 Conheça o Comitê Rio Dois Rios
- 26 A Sala de Monitoramento e a gestão participativa do CBH-BPSI
- 28 As novidades do PAP 2019-2022
- 29 Comitê promove a gestão participativa através do incentivo à pesquisa
- 29 Simpósios do BPSI promovem intercâmbio de experiências e informações
- 31 A celebração dos 10 anos do Comitê BPSI30 Conheça o Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana
- 32 SIGA: transparência e democratização do acesso à informação

VII ECOB tem recorde de público

O Encontro de Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro (ECOB) teve como destaque em 2019 o recorde de participação. Foram 316 inscritos, sendo que 204 participaram pela primeira vez. O evento é organizado pelo Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas (FFCBH) cujo coordenador para a gestão 2019-2020 é o presidente do Comitê Médio Paraíba do Sul, José Arimathéa Oliveira.

Para o coordenador, o VII ECOB foi um sucesso. “Tivemos o desafio de discutir um assunto de pouco domínio das pessoas que é o enquadramento dos rios fluminenses. Sob o tema ‘Rios Fluminenses – o que temos e o que queremos’, quase 300 pessoas estiveram presentes nos três dias do evento para uma rica programação de capacitação, debates e construção coletiva”, ressaltou.

Na programação constavam 7 Minicursos e 5 locais para a realização de Visitas Técnicas. Foram convidados 27 palestrantes que além de atuarem nos minicursos, integraram as mesas de debates e painéis, discutindo temas estratégicos. Para José Arimathéa Oliveira, “a marca do evento foi uma programação intensa e a novidade foi a transmissão ao vivo de boa parte da nossa programação pela página do FFCBH no Facebook. Está tudo registrado lá”.

A cada edição o ECOB tem se consolidado como ferramenta fundamental para fomentar a gestão participativa. Para a vice-presidente do Comitê Médio Paraíba do Sul, Vera Lúcia Teixeira, “o ECOB é um espaço para os comitês se mobilizarem e interagirem entre si e com novos atores sobre os atuais instrumentos de gestão de recursos hídricos e de que forma é possível, com pequenas ações, agir local e atingir outros locais. É o local pesando no global.”

A próxima edição do ECOB em 2020 será realizada em Penedo, distrito do município de Itatiaia-RJ.

Em 2019, o Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB) foi realizado em outubro na cidade de Foz do Iguaçu-PR. Durante o evento foi definido que em 2020 o ENCOB será em Curitiba-PR.



Abertura do VII ECOB

Rafaela Facchetti, presidente do Comitê Piabanha:

“O VII ECOB foi um divisor de águas em qualidade e em representatividade dos nove comitês. Espera-se que todos daqui pra frente abordem temas pertinentes a todos como foi neste”.

Paulo de Tarso, diretor geral do Comitê Guandu.

“Com o tema bem pertinente, o enquadramento, pudemos entender e debater profundamente esse instrumento de gestão tão importante, no qual o Comitê Guandu-RJ é um case, por já ter implantado em trechos da nossa bacia. Compartilhar isso é uma forma de crescimento e fortalecimento para nós e todos os Comitês”.

Maria Inês, vice-presidente do Comitê Macaé e Rio das Ostras.

“A edição deste ano do ECOB foi muito bem organizada, no que diz respeito às mesas de diálogo, aos minicursos e às diversas atividades paralelas. Achei que o diferencial foi que a programação foi condensada. Havia uma pluralidade de atividades disponíveis de acordo com os interesses dos diversos comitês. Parabéns aos organizadores.”

Eduardo Pimenta, vice-presidente do Comitê Lagos São João.

“Houve um diálogo permanente e mais efetivo entre os CBHs, o que tornou tudo muito produtivo, consolidando os avanços que foram conquistados ao longo da última edição para esta. Portanto, o diálogo permanente, a organização e a troca de experiências foram os pontos mais relevantes, no meu ponto de vista”.

Luciano Paez, diretor secretário do Comitê Baía de Guanabara:

“O grande debate deste ano foi entorno do enquadramento. O debate neste encontro foi riquíssimo, com grande participação de governos, sociedade civil e membros do Ministério Público que estão se debruçando nesta temática”.

Luís Paulo, diretor secretário executivo do Comitê Baía de Ilha Grande:

“Foi um momento de muita integração entre os Comitês e com um tema bastante relevante para a gestão dos recursos hídricos. Além de discutir suas táticas de implantação que são importantes, ainda mais para nós aqui do CBH-BIG que estamos num processo de construção do nosso plano de recursos hídricos.”

João Gomes de Siqueira, diretor presidente do Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana:

“O ECOB de 2019 foi um grande sucesso. Apenas gostaria de ressaltar que o ECOB de 2019 foi uma continuidade de uma metodologia que implantamos em 2017, quando nós dos comitês assumimos a organização que antes era feita por empresa especializada. A mudança resultou num sucesso crescente a cada versão. A equipe do CBH-MPS teve muita dedicação, colocaram elementos novos, fez alusão à questão ambiental, introdução à ecobag e demais materiais. A equipe do CBH-MPS está de parabéns.”

Lícius de Sá Freire, diretor presidente do Comitê Rio Dois Rios:

“É unânime que esta é a melhor versão do ECOB. A versão 2019 atingiu maturidade, embora esteja longe do ideal. O evento tem que melhorar constantemente porque todos os atores do sistema evoluem, então as ferramentas também precisam evoluir”.

Comitês reforçam suas ações com Escritório de Projetos

Cada Comitê fluminense afluente da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul tem um jeito próprio para desenvolver ações voltadas para a gestão dos recursos hídricos e meio ambiente. Para colaborar com o direcionamento de algumas ações estratégicas conforme definição dos Comitês, foi criado o Escritório de Projetos.

O **Comitê Médio Paraíba do Sul (CBH-MPS)** foi o primeiro a implantar o programa, através da Resolução nº 46 do CBH-MPS publicada em 14 de maio de 2015. Entre suas ações está “Levantar as necessidades ambientais de cada município da região hidrográfica do Médio Paraíba do Sul, transformando-as em ações efetivas para a melhoria da quantidade e qualidade dos recursos hídricos da bacia”.

Segundo o presidente do CBH-MPS, José Arimathéa Oliveira, o Escritório vem dando suporte técnico às atividades do Comitê, consolidando gradativamente as atividades previstas no Plano de Aplicação Plurianual. “Podemos listar ações como o Atlas da Região Médio Paraíba do Sul, Projeto Cílios do Paraíba, o fomento a Projeto de Sistemas de Esgotamento Sanitário, apoio a ações de Pagamento por Serviços Ambientais, apoio aos municípios na captação de recursos externos, dentre outras”, destacou o presidente.

Já o **Comitê Piabanha** tem direcionado seu programa Escritório de Projetos para duas vertentes: ampliar a capacidade de desenvolvimento de projetos na área de saneamento e qualidade da água, e ainda, fomentar as ações de Comunicação. Na Resolução nº 45/2018 consta entre as funções do programa desenvolver ações voltadas para a implementação dos Planos Municipais de Saneamento Básico e Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, apoiando assim o desenvolvimento dos municípios inseridos em sua área de abrangência. Já a Resolução nº 47/2018, que trata da Comunicação desenvolvida através do Escritório de Projetos, cita “propor, operacionalizar e gerenciar ações e programas do Comitê Piabanha na área de Comunicação Social, tratamento da informação qualificada, mobilização social, educação ambiental, capacitação e planejamento” e “exercer as atribuições de assessoria de comunicação”, entre outras funções.

Para o Comitê, foi imprescindível a contratação de profissionais voltados para estas temáticas a fim de atender adequadamente as demandas do programa em suas duas vertentes. “Nos Comitês, como os membros são voluntários, é necessário uma equipe técnica e administrativa bem

estruturada de forma a cumprir o seu papel no sistema de Recursos Hídricos”, ressalta o secretário executivo do Comitê Piabanha, Luís Eduardo Amorim Ramos.

Em 2017 foi a vez do **Comitê Rio Dois Rios (CBH-R2R)** implantar o programa através da Resolução nº 52 do Comitê, porém somente ao final de 2018 foi viabilizada a implantação do programa por meio do remanejamento de recursos conforme Resolução nº 60. Desde então, o Comitê tem desenvolvido iniciativas importantes como o Projeto Diagnóstico e Intervenção (Leia mais na pág. 23).

O diretor presidente do CBH-R2R, Lício de Sá Freire esclareceu que “o Escritório de Projetos é um projeto com início, meio e fim, e ele tem um objetivo bem claro que é atender às demandas técnicas represadas. Então, a partir da instalação do Escritório de Projetos nós temos celeridade e maior exatidão na aplicação de recursos com a finalidade de obter qualidade e quantidade de água”.

“ A partir da instalação do Escritório de Projetos nós temos celeridade e maior exatidão na aplicação de recursos com a finalidade de obter qualidade e quantidade de água”

O Escritório de Projetos do Comitê Rio Dois Rios tem se dedicado ainda na elaboração do escopo do projeto de Monitoramento Participativo das Águas. O projeto visa ao engajamento de toda comunidade escolar e dos moradores das áreas prioritárias, visando a subsidiar a avaliação dos impactos das ações implementadas.

Para o **Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (CBH-BPSI)**, o Escritório de Projetos está previsto para ser implantado a partir da contratação de um especialista em recursos hídricos que irá colaborar com as atividades já desenvolvidas no projeto Sala de Monitoramento (Leia mais na pág. 26). Tanto este projeto como a contratação do profissional estão previstos no Plano de Aplicação Plurianual (PAP) para o período 2019 a 2022 descrito na Resolução nº 30/2018 do CBH-BPSI ao tratar do “Desenvolvimento do Sistema de Monitoramento de Qualidade e Quantidade dos Recursos Hídricos”.

O PAP é o instrumento utilizado pelos Comitês de Bacia para planejamento e orientação dos desembolsos a serem executados com os recursos da cobrança pelo uso da água (Leia mais na pág. 06). ◆



Fórum Fluminense: integração, articulações políticas e gestão participativa

Os trabalhos da atual gestão do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas (FFCBH) começaram em 2018 a partir da eleição do Presidente do Comitê Médio Paraíba do Sul (CBH-MPS) para coordenador do Fórum, durante o Encontro de Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro (ECOB) em Maricá. A partir de então, iniciaram-se as reuniões que se repetiam até mesmo mais de uma vez ao mês. O encontro foi também o ponto de partida para a organização da edição 2019 do ECOB.

“O Fórum Fluminense é um espaço de interação e troca, é um lugar onde os comitês podem discutir a gestão do estado, do legislativo referentes aos recursos hídricos, às resoluções ou leis que impactam a gestão. Os próprios contratos com as devidas delegatárias e a sustentabilidade deles podem ser discutidos neste espaço, pois temos que pensar que o que é bom para um, pode ser bom para

todos”, esclarece a vice-presidente do CBH-MPS, Vera Lúcia Teixeira.

Dada sua importância no Estado do Rio em meio ao Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SEGRHI), é essencial ao Fórum Fluminense reunir esforços para garantir um fluxo de comunicação eficiente que viabilize o alcance de suas metas.

Em 2019, o Fórum Fluminense se destacou ainda por suas articulações políticas. “É imprescindível que o Poder Legislativo do Estado compreenda a importância dos Comitês de Bacias e por isso fazemos questão de dar nossa contribuição, seja participando de reuniões, seja manifestando oficialmente a opinião do Fórum Fluminense. É de extrema importância nossa participação nas discussões em torno de leis que possam impactar diretamente na gestão dos recursos hídricos”, ressaltou Vera Lúcia Teixeira.

No mesmo ano houve o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa

“

O Fórum Fluminense é um espaço de interação e troca, é um lugar onde os comitês podem discutir a gestão do estado referente aos recursos hídricos as resoluções ou leis que impactam a gestão”

► Coordenador do FFCBH, José Arimathéa Oliveira, discursa durante ECOB ao lado de parte da equipe que integra a secretaria executiva e demais instituições que apoiaram a organização do evento.



A criação da Frente Parlamentar em defesa das Águas é de extrema importância neste momento que o Comitê de Bacias do Médio Paraíba do Sul e o Fórum Fluminense estão acompanhando a tramitação de vários Projetos de Lei que alteram a legislação estadual sobre recursos hídricos"

da Água durante sessão da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) que ocorreu em junho com a presença de representantes de Comitês das Bacias Hidrográficas do Estado do Rio. A Frente Parlamentar, presidida pelo deputado Gustavo Schmidt (PSL), foi criada com o objetivo principal de compilar em um número menor os 80 projetos de lei relacionados à gestão de recursos hídricos existentes na Casa, tornando as ações parlamentares mais estratégicas.

Na ocasião, o coordenador do Fórum Fluminense e presidente do Comitê Médio Paraíba do Sul, José Arimathéa Oliveira, afirmou que “a criação da Frente Parlamentar em defesa das Águas é de extrema importância neste momento que o Comitê de Bacias do Médio Paraíba do Sul e o Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas está acompanhando a tramitação de vários Projetos de Lei que alteram a legislação estadual sobre recursos hídricos que impactam nosso trabalho de preservação das nossas águas”. ♦

Sobre o Fórum Fluminense

O Fórum Fluminense é uma instância colegiada formada pelo Comitê de Bacia Baía da Ilha Grande, Comitê de Bacia Guandu, Comitê de Bacia Médio Paraíba do Sul, Comitê de Bacia Piabanha, Comitê de Bacia Baía de Guanabara, Comitê de Bacia Lagos São João, Comitê de Bacia Rio Dois Rios, Comitê de Bacia Macaé e das Ostras e Comitê de Bacia Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.

Cabe ao Fórum articular a implementação, a integração e a gestão dos Comitês de Bacias visando o fortalecimento de cada um como parte do SEGRHI, de forma descentralizada, integrada e participativa.



Representantes de CBHs durante sessão na Alerj em junho de 2019



Representantes de CBHs durante sessão na Alerj em junho de 2019



Reunião do Fórum Fluminense realizada em setembro de 2019

Comitê aprova investimento de R\$ 14,9 milhões em projetos e ações voltadas para a Bacia do Médio Paraíba do Sul até 2022



O Plano de Aplicação Plurianual (PAP) é o instrumento utilizado pelos Comitês de Bacia para planejamento e orientação dos desembolsos a serem executados com os recursos da cobrança pelo uso da água. Até 2022, o Comitê Médio Paraíba do Sul (CBH-MPS) prevê através do seu PAP investir R\$ 14.968.445,47. O valor será distribuído entre projetos de Gerenciamento de Recursos Hídricos, Recuperação da Qualidade Ambiental, Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos, além do Atendimento às Demandas do Comitê e ao Contrato de Gestão.

O valor do investimento foi definido com a aprovação do PAP da Bacia Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul em 2019 por meio da Resolução CBHMPS nº 86, referendada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI) durante Reunião Ordinária realizada no Rio de Janeiro.

O orçamento previsto para o PAP 2019-2022 é composto pelos recursos comprometidos com projetos anteriormente aprovados, pelo saldo disponível na subconta

do Comitê Médio Paraíba do Sul no Fundo Estadual de Recursos Hídricos em 31 de dezembro de 2018, pela expectativa de arrecadação no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2022 e pela previsão de rendimentos dos recursos previstos de serem arrecadados no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2022.

“O Plano de Aplicação Plurianual é importante para que o comitê consiga planejar ações de curto, médio e longo prazo que possam trazer eficiência na qualidade e quantidade de água da região do Médio Paraíba do Sul”, destacou a vice-presidente do Comitê Médio Paraíba do Sul, Vera Lúcia Teixeira. ♦

▼ Parte da equipe do CBH-MPS e da Agevap UD1

A Responsabilidade Socioambiental do Comitê Médio Paraíba do Sul

Em seu histórico de ações, o Comitê Médio Paraíba do Sul (CBH-MPS) vem desenvolvendo atividades que buscam sensibilizar os moradores dos municípios de sua área de abrangência com ações voltadas para a melhoria e preservação dos recursos hídricos.

Cada edital publicado pelo CBH-MPS busca promover ações para a preservação, conservação e recuperação dos recursos hídricos e fomentar a discussão sobre a importância do Comitê de Bacias, visando assim ao desenvolvimento socioambiental e a conservação dos recursos hídricos.

Projeto Caravana das Águas – Médio Paraíba em Foco levará Educação Ambiental aos municípios da região

Em relação as ações de Educação Ambiental e Mobilização Social do Comitê, destacam-se os eventos: Fórum do Rio Preto, Simpósio Água Boa, Seminário de Análise do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Rio de Janeiro (ZEE-RJ), Projeto "Cílios do Paraíba", Atlas da Região Hidrográfica Médio Paraíba do Sul e Concurso de Projetos de Boas Práticas Ambientais.

Apesar as ações mencionadas, ainda existem questões a serem esclarecidas sobre o funcionamento do Sistema Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos e a importância dos Comitês de Bacias. Para atender esta demanda, o CBH-MPS abriu em 2019 inscrições para o projeto Caravana das Águas – Médio Paraíba em Foco.

De acordo com a secretária do CBH-MPS, Flávia Cristina de Almeida Cordovil Pires, o projeto busca a interação e o engajamento do público, especialmente o jovem, nos processos de gestão participativa das águas. “Entendemos a Educação Ambiental como uma significativa ferramenta de transformação do comportamento social. O Caravana das Águas focou no público juvenil, pois entendemos que em breve este público estará conosco na Gestão dos Recursos Hídricos do Médio Paraíba do Sul”, pontuou Flávia.

O Projeto apresenta-se dividido em dois componentes básicos, sendo o primeiro denominado “Caravana das Águas” que busca a interação do CBH-MPS junto ao público alvo e realização das práticas pedagógicas previstas. O segundo, denominado “O Médio Paraíba em Foco”, é um momento em que o CBH-MPS apresentará seus conteúdos e percepções e depois os grupos apresentarão os seus conteúdos e percepções, oferecendo ao jovem a oportunidade de exercer seu papel de sujeito protagonista da ação de Educação Ambiental prevista.

Seis municípios manifestaram interesse em receber o projeto. No dia 13 de setembro de 2019, durante a 35ª reunião Ordinária do Comitê foi realizado o sorteio. Foram habilitados: Barra Mansa, Paty do Alferes, Itatiaia, Quatis e Rio das Flores

Seis municípios manifestaram interesse em receber o projeto. No dia 13 de setembro de 2019, durante a 35ª reunião Ordinária do Comitê foi realizado o sorteio. Foram habilitados: Barra Mansa, Paty do Alferes, Itatiaia, Quatis e Rio das Flores



Comitê investe na elaboração de projetos de sistema de esgotamento sanitário

A fim de contribuir para a universalização dos serviços de esgotamento sanitário o Comitê Médio Paraíba do Sul (CBH-MPS) lançou em 2019 o edital de manifestação de interesse para elaboração de estudo de concepção, projeto básico e executivo e estudo ambiental para Sistema de Esgotamento Sanitário. Sete prefeituras manifestaram interesse em receber o projeto e poderão ser contempladas: Pirai, Volta Redonda, Rio Claro, Itatiaia, Porto Real, Quatis e Rio das Flores.

A baixa adesão dos municípios surpreendeu negativamente o Comitê Médio Paraíba do Sul. “Precisamos fazer uma avaliação no processo, pois a Oficina Raio X indicou que a maioria dos municípios da região do Médio Paraíba do Sul carecia de projetos, mas apesar desta indicação, o edital do comitê teve uma baixa adesão, pois só sete dos dezenove municípios manifestaram interesse em receber projeto de sistema de esgotamento sanitário”, declarou o presidente do CBH-MPS, José Arimathéa Oliveira.

A elaboração de estudos e do projeto para implantação/ampliação de sistema de esgotamento sanitário será realizada por empresa especializada contratada pela AGEVAP, através de licitação após habilitação e hierarquização das propostas no edital.

Os recursos financeiros disponíveis para aplicação em projetos de coleta e tratamento de efluentes sanitários domésticos urbanos são provenientes de recursos destinados pelo Comitê Médio Paraíba do Sul através de seu Plano de Aplicação Plurianual (PAP). **(Leia mais na pág. 06).** ♦

Eventos e projetos consolidam ações de Educação Ambiental

IV Simpósio Água Boa se integra a evento internacional sobre meio ambiente realizado pela primeira vez no Brasil



O IV Simpósio Água Boa, organizado anualmente pelo Comitê da Bacia da Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul (CBH-MPS), contou em 2019 com uma importante parceria em sua realização. Sua programação foi inserida no 6º Encontro de Responsáveis Ambientais das Províncias, Estados e Regiões da América Latina e do Caribe, evento internacional já realizado na Colômbia, México e Equador e que pela primeira vez foi sediado no Brasil. A parceria também contou com a realização simultânea do “IV Seminário ARIE Floresta da Cicuta”, organizado pelo ICMBio. O evento teve como objetivo discutir a relação entre florestas, recursos hídricos e as mudanças climáticas. Os três eventos aconteceram nos dias 12 e 13 de setembro em Volta Redonda/RJ na Universidade Federal Fluminense (UFF - Campus Vila Santa Cecília).

Um dos pontos altos do Encontro foi a apresentação da Thelma Krug, vice-presidente do IPCC, Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU. O tema de sua apresentação foi “Mudança do Clima, Adaptação e Mitigação”.

Seja viajando quilômetros para chegar ao local do evento, seja por videoconferência, os palestrantes não pouparam esforços para participar e colaboraram com uma ex-



Espaço Cílios do Paraíba é inaugurado em Porto Real

Recuperar a vegetação local às margens do Rio Paraíba do Sul e disseminar a importância da preservação ambiental em uma área sustentável. Esta é a proposta do Espaço Cílios do Paraíba, inaugurado em 2019 no município de Porto Real. A iniciativa foi idealizada pelo Comitê de Bacias do Médio Paraíba do Sul e tem o apoio da Prefeitura.

A vice-presidente do Comitê, Vera Lúcia Teixeira, destacou que o projeto tem como base a educação ambiental para disseminar a importância da preservação da natureza. “É um espaço lúdico, onde as crianças poderão brincar, já que o piso foi desenhado como um jogo de tabuleiro. O objetivo é mostrar à sociedade como as boas práticas podem garantir a preservação ambiental. Tudo de uma forma leve e divertida”, explicou Vera.

O município de Porto Real foi contemplado para receber o projeto através de um Edital publicado pelo Comitê em 2016 em que todas as cidades da Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul poderiam participar.



tensa bagagem de conhecimento. Segundo a organização, 218 pessoas compareceram ao evento, sendo 94 inscritos presenciais e 124 que se inscreveram online.

O Simpósio Água Boa é promovido pelo Comitê de Bacia do Médio Paraíba do Sul desde 2016. A programação traz palestras de profissionais que atuam na região do Médio Paraíba do Sul e trata sobre o desafio da gestão dos recursos hídricos.

Segunda edição do Pedal pelas Águas tem o dobro de inscrições em 2019

O passeio ciclístico Pedal pelas Águas recebeu em 2019 o dobro de inscrições de sua primeira edição em 2018. Cerca de duas mil pessoas participaram do evento realizado pelo Comitê Médio Paraíba do Sul nos dias 23 e 24 de março em diferentes cidades do sul fluminense em come-

moração ao Dia Mundial da Água.

Ao todo, foram 15 municípios participantes: Barra Mansa, Barra do Piraí, Comendador Levy Gasparian, Itaiaia, Mendes, Paty do Alferes, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Três Rios e Vassouras.



quem somos:

Com sede no município de Volta Redonda/RJ, o Comitê da Bacia da Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul – CBH-Médio Paraíba do Sul foi instituído no dia 11 de setembro de 2008, pelo Decreto Estadual nº 41.475, cuja redação foi alterada pelo Decreto Estadual nº 45.466/2015. O Comitê tem como objetivo promover a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da Região Hidrográfica III (RH-III) do Estado do Rio de Janeiro.

área de atuação:

A área de atuação do Comitê abrange os municípios de Itatiaia, Resende, Porto Real, Quatis, Barra Mansa, Volta Redonda, Pinheiral, Valença, Rio das Flores e Comendador Levy Gasparian, inseridos integralmente, e ainda, os municípios de Rio Claro, Pirai, Barra do Pirai, Vassouras, Miguel Pereira, Paty do Alferes, Paraíba do Sul, Três Rios e Mendes, inseridos parcialmente.



composição:

30
membros

10
Sociedade Civil

10
Poder Público

10
Usuários de Água




Instituições Titulares e Suplentes

Associação dos Extratores de Areia do Sul Fluminense
CSN
INB
Águas das Agulhas Negras
LIGHT ENERGIA S/A
SAAE - Barra Mansa
SAAE - Volta Redonda
CEDAE
FIRJAN

APEDEMA-RJ
Ass. Civil Verde que Salva
Ass. Civil Vale Verdejante
Cúria Diocesana B. do Pirai - V
SEPE
UNIFOA
IFRJ
USS
OAB - Barra Mansa
OAB - Barra do Pirai
ADEFIMPA-RJ
UBM
O Nosso Vale! A Nossa Vida
ACAMPAR-RJ
Crescente Fértil
UERJ
AEDB

INEA
P.M. Barra Mansa
P.M. Resende
P.M. Paraíba do Sul
P.M. Rio das Flores
P.M. Valença
P.M. Volta Redonda
P.M. Barra do Pirai
P.M. Quatis
P.M. Porto Real
P.M. Pirai
P.M. Rio Claro
P.M. Vassouras
P.M. Mendes
P.M. Pinheiral
P.M. Três Rios
FIPERJ
ICMBio
P.M. Itatiaia
P.M. Paty do Alferes

Rua Cincinato Braga, nº 221
Aterrado - Volta Redonda/RJ
CEP: 27.213-040

 (24) 3337 5661
 cbhmediops@agevap.org.br
 @cbhmedioparaiba

<http://www.cbhmedioparaiba.org.br/>



Atlas Piabanha: conteúdo moderno e digital

O Comitê Piabanha já conta com um Atlas que traz um conjunto de mapas e informações úteis para conhecer, de forma detalhada, diversos aspectos da Região Hidrográfica IV do Estado do Rio de Janeiro. O Atlas Piabanha em versão digital foi lançado durante o VII Encontro de Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro (ECOB), em Teresópolis.

Inspirado na experiência bem-sucedida do Comitê Médio Paraíba do Sul, a publicação encontra-se dividida em três capítulos: o primeiro descreve o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos; o segundo trata especificamente da RH-IV, abrangendo 10 municípios com mapas da hidrografia e uso do solo, além de informações locais sobre abastecimento de água, esgotamento sanitário e outros itens. Por fim, o terceiro apresenta a delimitação de 34 sub-bacias inseridas no território. Cada sub-bacia é detalhada com a marcação da calha principal, seus afluentes e subafluentes e área de drenagem.

Para a professora Patrícia Souza Lima, coordenadora do Grupo de Trabalho (GT) Educomunicação, o Atlas irá estimular estudantes a realizarem novas pesquisas. “Nas atividades de ensino, este Atlas gera também pertencimento e mais dados cartográficos, conscientizando pela responsabilidade profissional de todos nós quanto aos fatores antropogênicos representados, leva ao exercício de cidadania mais consciente com relação à preservação e melhor gestão dos recursos hídricos disponíveis”, analisou.

O representante da Associação de Amigos e Colaboradores do Parque Nacional da Serra dos Órgãos e coordenador do GT Sistemas de Informação, David Miller, avalia que o Atlas tem potencial de ser uma ferramenta eficaz de planejamento para o poder público. “Um gestor mais consciente pode aproveitar o Atlas para associar os

dados sobre os locais com os problemas existentes e com os projetos necessários para obter soluções nos seus territórios, assim permitindo a definição mais clara de demandas de ações e investimentos que podem melhorar a vida da população”, defendeu. ♦

O documento está disponível para consulta e download no site do Comitê www.comitepiabanha.org.br.





Reserva AGEVAP UD2

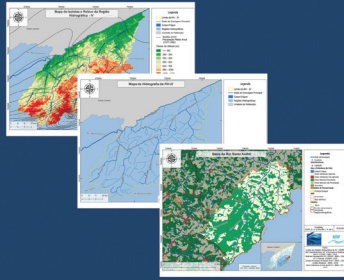
Rio Piabanha. Areal - RJ

O DESENVOLVIMENTO DO ATLAS

interesse hidrológico da RH-IV. Em seguida, utilizando-se a ferramenta conhecida como Gerador de Atlas, do compositor de imagens do QGIS, criou-se uma expressão para gerar mapas em série, utilizando as feições contidas na tabela de atributos da camada dos limites municipais. E assim, foi gerado um mapa para cada feição, dando ênfase aos dados que ocorrem dentro do polígono municipal de interesse.

Produção dos mapas de cada sub-bacia e região inserida na RH-IV

Com o objetivo de produzir uma visão geral de cada uma das 34 sub-bacias e regiões inseridas na RH-IV, aplicou-se uma técnica de mineração de dados, em que foram selecionadas as camadas que iria compor o mapa final, como a rede de drenagem, o uso e cobertura do solo e os pontos de interferência (captações e lançamentos), as áreas de preservação permanente (declividade, topo de morro e lagos e lagoas), as divisões administrativas, os exutórios e as unidades de conservação da RH-IV. A técnica de geração de mapas em série foi aplicada para esta situação, porém a tabela de atributos utilizado foi da camada vetorial referente a divisão da RH-IV em sub-bacias e regiões.



População

Habitantes: 11.423

- Urbana: 14%
- Rural: 86%

Forn: IBGE, 2010

Densidade demográfica (hab/km²): 102,99

IDHM: 0,694

Habitantes: 11.423

- Inserida na RH-IV: 100%
- Fora da RH-IV: 0%

Forn: CONDEHO, 2014

Extensão Territorial

Extensão total (km²): 110,72

- Incluída na RH-IV: 100%
- Fora da RH-IV: 0%

Forn: CONDEHO, 2014

Saneamento Básico

PHBS: Sim/Não

PMGRS: Sim/Não

Abastecimento Público de Água: 100%

- População abastecida: 100%
- População não abastecida: 0%

Forn: SAAESA, 2017

Índice de perda na distribuição: 0,89%

Consumo de água per capita (L/hab/dia): 156,23

Forn: SAAESA, 2017

Esgotamento Sanitário

Não Tratado: 87,3%

Tratado: 12,7%

- Operador SAAESA: 11%
- Comunitário: 11%

Forn: ANA, 2017

Resíduos Sólidos

Postos coleta de lixo vegetal: Sim/Não

Taxa de cobertura total: 92,86%

Taxa de cobertura urbana: 100%

Taxa de coleta seletiva: 83,77%

Operador: PMA

Forn: SNGS, 2016

Vulnerabilidade

À Erosão: 34,68% Alta, 11,39% Média, 11,77% Baixa

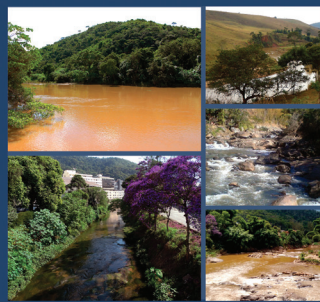
À Inundação: 1,74% Alta, 6,32% Média, 5,14% Baixa

Precipitação (mm): Total 1163,30, Média anual 96,94

Cobertura do Solo: 73,98% Áreas Naturais Florestadas

A REGIÃO HIDROGRÁFICA IV – PIABANHA

comércio; em Paraíba do Sul, a pecuária, a agricultura convencional, o comércio e as indústrias; em São José do Vale do Rio Preto, o comércio, a avicultura e a agricultura; em Três Rios, a produção industrial e o comércio; em Carmo, pequenas empresas, comércio e agropecuária; e em Sapucaia e Sumidouro, a principal atividade é a agricultura.



Estado do Rio de Janeiro

Região Hidrográfica IV Piabanha

Bacia do Rio Itamarati

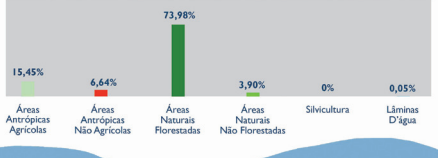
A Bacia do Rio Itamarati possui uma área de contribuição de 46,22 km² e está localizada integralmente no município de Petrópolis. As Áreas de Preservação Permanente (APP) representam 22% do território, compreendendo áreas de declividade (3%) e de topo de morro (19%). As classes de uso e cobertura de solo preponderantes são áreas naturais florestadas (73,98%) e áreas antropicas agrícolas (15,45%). O Parque Nacional da Serra dos Órgãos abrange 61% de todo o território, protegendo as principais nascentes da bacia. Dentre as interferências registradas existem 5 pontos de captação superficial e 7 pontos de captação subterrânea. Os principais corpos hídricos da bacia são: Córrego das Três Pedras, Córrego da Ponte de Ferro, Rio Coxambu e Rio Itamarati.

Abrangência entre Municípios

46,22 km²

- Petrópolis: 100%

Cobertura do Solo



Unidades de Conservação

Nomes	Domínio	Grupos	Áreas das UCs dentro da bacia (km²)	Porcentagens do território da bacia cobertas pela UC
PN Serra dos Órgãos	Federal	Proteção Integral	28,57	61%
APA da Região Serrana de Petrópolis	Federal	Uso sustentável	46,51	100%

Comitê Piabanha realiza monitoramento dos rios da região

O Comitê Piabanha contratou, em 2019, empresa especializada em coleta e análise de amostras de água e medição de vazões. O objetivo é embasar as discussões para o enquadramento dos corpos hídricos em classes, segundo seus usos preponderantes. O enquadramento é um dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos previstos na Política Nacional e na Política Estadual de Recursos Hídricos, respectivamente, Lei Federal nº 9.433/1997 e Lei Estadual nº 3.239/1999.

O diretor do Comitê Piabanha e coordenador do GT Plano de Bacia e Enquadramento, José Paulo Soares de Azevedo, explicou que a iniciativa foi implantada pensando no Plano de Bacia, que está em processo de elaboração para os comitês afluentes do Rio Paraíba do Sul (Leia mais na pág. 16). “Pensamos em contribuir com dados primários para o refinamento do Plano na escala das bacias da Região Hidrográfica IV e assim avançar no enquadramento de trechos de rios, a fim de contribuir progressivamente para a melhoria da quantidade e qualidade da água dos rios da bacia do Paraíba do Sul”, detalhou o diretor.

A contratação da empresa especializada foi feita por meio de licitação. O foco inicial é o Rio Piabanha, compreendendo o escopo de amostragem, análises laboratoriais da qualidade da água e medição da vazão do rio no momento da amostragem.

A contratação prevê campanhas de campo para análises da qualidade (parâmetros físico-químicos e biológicos) e quantidade (medição de vazão) das águas, em nove pontos de amostragem fixos e um ponto móvel, totalizando dez locais, estabelecidos, principalmente, na calha principal do Rio Piabanha durante 12 meses, com coletas mensais em cada ponto. Os parâmetros para as análises laboratoriais estão de acordo com o estabelecido na Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais (RNQA), Resolução ANA nº 903 de 22 julho de 2013.

Trimestralmente, a empresa contratada deve elaborar

e entregar relatório técnico contendo os resultados das análises, bem como sua interpretação técnica. A previsão é que o relatório final com as conclusões do monitoramento seja entregue pela empresa em julho de 2020.

Este é o primeiro serviço de monitoramento de rios contratado pelo Comitê Piabanha. O estudo anteriormente realizado, que contou com o apoio do Comitê foi desenvolvido por uma rede de estudos aprovada pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), denominada HIDROECO. Essa rede era composta por diferentes universidades e instituições ambientais, como Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto Estadual do Ambiente (INEA), Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), trabalhando em diferentes bacias hidrográficas no Brasil com o intuito de determinar as vazões ecológicas em diferentes ambientes e diferentes realidades.

Na bacia do Rio Piabanha, a finalidade da HIDROECO foi a determinação de vazões ambientais. A equipe de pesquisadores do projeto coletou, entre os anos de 2012 e 2013, dados da qualidade, vazão e estrutura das comunidades fitoplanctônicas, ao longo do Rio Piabanha. Porém, ressalta-se que o objetivo do estudo não era a realização de diagnóstico, mas sim, de monitorar o rio para buscar diretrizes para uma nova metodologia que possibilitasse uma avaliação quali-quantitativa de suas águas. ♠



Membros do Comitê Piabanha recebem Prêmio Chico Mendes



▼ Claudia Karina Wilberg de Castro, vereador Marcelo da Silveira e Paulo de Souza Leite

de saneamento que envolve esta proteção”, destacou Claudia Karina Wilberg de Castro.

Para Paulo de Souza Leite, o Prêmio Chico Mendes é de grande relevância para o Comitê Piabanha. “É o reconhecimento ao trabalho, ao empenho e esforço coletivo em prol da melhoria das condições das águas da região”, pontuou. Ele ainda acrescentou que desde a criação do Prêmio, o Comitê tem se empenhado na melhoria das condições ambientais da Região Hidrográfica com projetos e ações em saneamento.

“Este Prêmio demonstra o reconhecimento da sociedade e poder público municipal à atuação do Comitê Piabanha em seus quatorze anos de atuação”, destacou Paulo de Souza Leite.

Paulo também foi homenageado através de indicação individual, assim como Priscila Franco Steiter, que é membro do Comitê Piabanha representando o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) - APA Petrópolis. ♦



▼ Paulo de Souza Leite e Claudia Karina Wilberg de Castro

O Comitê Piabanha e outros dois membros do colegiado receberam em 2019 o Prêmio Chico Mendes. Concedida pela Câmara Municipal de Petrópolis desde 2016, a homenagem é direcionada para pessoas ou instituições que se destacaram em atividades ambientais na cidade imperial.

Pelo Comitê, os membros Claudia Karina Wilberg de Castro e Paulo de Souza Leite receberam o diploma das mãos do vereador Marcelo da Silveira.

“O CBH Piabanha ficou muito satisfeito com a homenagem prestada pelo poder legislativo municipal de Petrópolis através do prêmio Chico Mendes uma vez que demonstra o reconhecimento das atividades e possibilidades que o Comitê oferece na proteção ambiental através da conservação e preservação das águas e consequentemente de todo o sistema



▼ Priscila Franco Steiter recebe homenagem individual do vereador Ronaldo Ramos.

Comitê Piabanha financia projetos e obras de esgotamento sanitário

Com o objetivo de melhorar a qualidade da água, o Comitê Piabanha lançou em março de 2019 um Edital de Manifestação de interesse para projetos e obras de sistemas alternativos de saneamento ambiental, voltado para municípios da Região Hidrográfica IV (RH-IV), sua área de atuação, com o objetivo de executar projetos e obras de esgotamento voltados para coleta e tratamento de efluentes sanitários domésticos urbanos.

A RH-IV abrange os municípios de Areal, Carmo, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Sumidouro, Teresópolis e Três Rios. Logo após a publicação do Edital, foi iniciado amplo processo de divulgação e mobilização das prefeituras. Seis municípios se inscreveram: Areal, Carmo, Paraíba do Sul, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia e Teresópolis.

Na inscrição, os municípios forneceram informações como: nome da área a ser contemplada, número de residências e número de habitantes a serem atendidos e a existência ou não de rede coletora na região. Além disso, as prefeituras realizaram a delimitação da localidade, com a indicação do terreno onde seriam realizadas as obras. Já na etapa de habilitação, foram analisados os documentos entregues e, após análise técnica e jurídica da documentação, foram hierarquizados dois municípios: Paraíba do Sul e Carmo.

Claudia Karina Wilberg de Castro, membro do Comitê Piabanha e coordenadora do GT-Saneamento, lamentou o fato de apenas dois municípios terem sido contemplados devido à dificuldades na comprovação da ti-



tularidade das áreas dos imóveis indicados envolvidos no Edital. Ela ressaltou que a implementação de ações na área de saneamento “deve ser foco dos municípios que devem estar atentos às oportunidades e se antecipar na regularização de sua documentação imobiliária de modo a não ficarem prejudicados quando de novos editais e assim poderem todos contribuir na melhoria de nossas águas”.

A elaboração dos projetos de sistemas alternativos de saneamento ambiental e a execução das obras consequentes serão realizadas por empresa especializada contratada pela AGEVAP através de licitação, conforme seu calendário de atividade. Fazem parte do escopo de serviço, dentre outros, a proposição de alternativas de soluções adequadas a serem utilizadas na concepção do sistema, bem como a elaboração dos projetos básico-executivos. ♦

Saneamento Rural

O Comitê Piabanha está acompanhando o Programa de Revitalização das Políticas Públicas nas Comunidades Rurais de Petrópolis, que está sendo desenvolvido pela Superintendência Regional Piabanha (SUPPIB/INEA). O Programa visa, dentre outras atividades, executar ações de saneamento nas localidades rurais do Bonfim e do Caxambu através da instalação de unidades de fossas sépticas.

Segundo a presidente do Comitê Piabanha, Rafaela Facchetti, “as áreas rurais em sua grande maioria são áreas de recarga e de nascentes, então proteger essas áreas por meio do saneamento é fundamental para garantir a qualidade da água”. Ela ainda acrescentou que “nos casos específicos do Bonfim e do Caxambu que são duas das principais bacias de captação de água para o abastecimento do município de Petrópolis, se faz urgente realizar tanto o tratamento dos esgotos domésticos como a conscientização dos produtores agrícolas da necessidade da redução do uso de defensivos agrícolas”.



quem somos:

Com sede no município de Petrópolis/RJ, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha e Sub-Bacias Hidrográficas dos Rios Paquequer e Preto teve sua criação aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERHI em 13 de novembro de 2003, sendo reconhecido e qualificado pelo Decreto Estadual nº 38.235, de 14 de setembro de 2005, cuja redação foi alterada pelo Decreto Estadual nº 45.461/2015. O Comitê tem como objetivo promover a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da Região Hidrográfica IV (RH-IV) do Estado do Rio de Janeiro.

área de atuação:

A área de atuação do Comitê abrange os municípios de Areal, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Sumidouro e Teresópolis, inseridos integralmente, e ainda, os municípios de Carmo, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Petrópolis e Três Rios, inseridos parcialmente.



composição:

36
membros

12
Poder
Público

12
Sociedade
Civil

12
Usuários
de Água

Águas do Imperador
APOP
Bege por Verde Comércio e Serviços Ambientais LTDA. ME
CEDAE
COMDEP
FIRJAN
Transportes Única Petrópolis LTDA
Xerium Technologies Brasil Ind. Com S/A
Werner Fábrica de Tecidos S.A.

IPARNASO
INEA
P.M. Areal
P.M. Paraíba do Sul
P.M. Paty do Alferes
P.M. Petrópolis
P.M. São José do Vale do Rio Preto
P.M. Sapucaia
P.M. Sumidouro
Prefeitura de Teresópolis
P.M. Três Rios
P.M. Carmo
ICMBio- APA Petrópolis
FIPERJ

APEDEMA
Ass. Amigos e Colaboradores do Parque Nacional da Serra dos Órgãos
ACAMPAR
APEA
CDDH
GAPA-MA
FESO
COPPE/UFRJ
NOVAMOSANTA
SINTSAMA
STIPDAENIT
UFRRJ-ITR
CEFET
AMAVALÉ
ADEFIMPA
CEDRO
OMA-BRASIL
Projeto Araras
IHN
Fonasc.CBH
Ass. Vale do Mata Porcos

Rua Teresa, nº 1515 – sala 114 -
Hiper Shopping ABC
Alto da Serra – Petrópolis/RJ
CEP: 25.635-530

(24) 2237 9913
cbhpiabanha@agevap.org.br
@ComitePiabanha

<http://www.comitepiabanha.org.br/>





Representantes dos Comitês durante reunião sobre o Plano de Bacia

INTEGRAÇÃO:

Comitês reúnem esforços para desenvolvimento do Plano de Bacia

O Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul e os Planos de Bacia das Regiões Hidrográficas Afluentes virão para consolidar o planejamento de ações voltadas ao enfrentamento dos principais problemas de qualidade e disponibilidade da água. O plano mostrará as ações para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida nas regiões que dependem da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul incluindo seus afluentes.

Através do Ato Convocatório nº 021/2017, foi selecionada a empresa Profill Engenharia e Ambiente S.A., para realizar duas atividades: a complementação e finalização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (PIRH-PS) e a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas Afluentes Fluminenses. Portanto, o desenvolvimento do Plano reúne esforços de representantes do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) e de quatro Comitês das Bacias Hidrográficas Afluentes Fluminenses - Médio Paraíba

do Sul, Piabanha, Rio Dois Rios e Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, além dos comitês afluentes mineiros e paulistas.

Para acompanhar o desenvolvimento do trabalho, os representantes dos quatro comitês das bacias afluentes se reuniram por meio do já instituído GT Plano, Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Revisão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul. Trata-se de um Grupo de Trabalho formado ainda por representantes da Agência Nacional de Águas (ANA), Instituto Estadual de Meio Ambiente (Inea), Departamento de Águas e Energia Elétrica do estado de São Paulo, Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e AGEVAP – Agência de Bacia. Instituído pela Deliberação CEIVAP nº 257/2017, o GT Plano foi criado para analisar os produtos entregues pela empresa responsável pela elaboração do Plano, bem como opinar e oferecer subsídios à Câmara Técnica Consultiva e ao CEIVAP para sua aprovação.

Em uma das reuniões realizadas em 2019 entre as diretorias do CEIVAP e Comitês afluentes, foi decidido que os Planos de Recursos Hídricos

“

A elaboração de um planejamento efetivamente integrado, isto é, para toda bacia e não apenas para o ‘rio principal’, permite o fortalecimento do processo participativo e decisório, maior facilidade operacional para a AGEVAP ao reunir em documento único as principais ações para a bacia e a otimização dos recursos humanos e financeiros”

das Bacias Afluentes seriam elaborados de forma integrada ao Plano do CEIVAP, que está sendo revisado.

Para o Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas (ANA), Sérgio Ayrimoraes, “a elaboração de um planejamento efetivamente integrado, isto é, para toda bacia e não apenas para o ‘rio principal’, permite o fortalecimento do processo participativo e decisório, maior facilidade operacional para a AGEVAP ao reunir em

documento único as principais ações para a bacia e a otimização dos recursos humanos e financeiros”.

A presidente do CEIVAP, Renata Bley, destacou a vantagem de se elaborar e poder aplicar um plano integrado. “A implementação se dá de forma integrada, portanto ele também deve ser elaborado de forma integrada. A fragmentação excessiva das ações gera muitas vezes redundância, retrabalho e desperdício de preciosos recursos”, pontuou Renata.

O Plano de Bacia, um dos instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos, é um documento balizador que define ações estratégicas para os recursos hídricos de uma determinada região. Este instrumento irá propor ações e metas para minimizar conflitos potenciais ou existentes pelo uso da água, tendo em vista os múltiplos interesses dos Usuários, do Poder Público e da Sociedade Civil.

A diretora do Comitê Médio Paraíba do Sul, Edna Andrade de Azevedo, destacou que “um dos desafios para elaboração, será buscar a articulação entre os Planos Diretores Municipais e dos seus instrumentos, principalmente das Leis de Uso e Ocupação do Solo, com o Plano de Bacia da Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul, visando torná-lo exequível”.

A presidente do Comitê Piabanha, Rafaela Facchetti, ressaltou ainda que “a importância do Plano é de ampliar o conhecimento da bacia por meio do diagnóstico, dar diretrizes para aplicação de recursos e traçar metas para o futuro da gestão”.

O diretor presidente do Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, João Gomes de Siqueira, destacou que

“

A implementação se dá de forma integrada, portanto ele também deve ser elaborado de forma integrada. A fragmentação excessiva das ações gera muitas vezes redundância, retrabalho e desperdício de preciosos recursos”

o principal desafio será elaborar um documento claro e objetivo, de forma que as próximas diretorias de comitês se sintam motivadas e entendam cada ponto definido no Plano de Bacia.

O diretor presidente do Comitê Rio Dois Rios, Lícius de Sá Freire, ressaltou que “é importante que o Plano tenha alta conectividade com a realidade, atenda às exigências da lei e que tenha uma integração tanto com o PAP quanto com o plano de desembolso do Comitê”. Ele acrescentou ainda que “é preciso entender que o Plano de Bacia é uma exigência legal, mas também é um direcionamento para o Comitê no sentido de aumentar a eficiência e a eficácia das ações”.

De acordo com o representante da ANA, para que o plano não fique somente no papel e seja realmente aplicável, ao menos duas questões devem ser observadas: “o foco em ações sob governabilidade do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e a organização dessas ações em um roteiro operacional que permita sua implementação após a aprovação do plano. Nos planos de bacia mais recentes, coordenados ou

acompanhados pela ANA, esse roteiro tem sido materializado em um Manual Operativo”.

O Manual Operativo (MOP) é um dos pontos altos no desenvolvimento deste trabalho. Trata-se de um plano operacional que estabelece um conjunto de ações prioritárias contidas no Plano de Recursos Hídricos da Bacia e que reúne informações de roteiro e procedimentos, requisitos, estudos de base e arranjos institucionais necessários para a realização destas ações.

Este será o segundo MOP do Brasil elaborado com a participação efetiva de uma agência executora ou Entidade Delegatária, neste caso, a Agevap. O primeiro foi o MOP do Plano de Recursos Hídricos do Comitê Guandu. Os MOPs elaborados em 2015, para o Plano de Bacia do Rio Paranapanema, e em 2017, para a Bacia do Rio Grande, foram desenvolvidos num contexto de inexistência de uma agência executora.

Desta forma, assim como o MOP feito para o Plano de Recursos Hídricos do Guandu, este MOP integrado do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul com os planos de seus Afluentes deverá ter como foco a definição precisa das ações prioritárias, seus orçamentos e detalhamentos, para facilitação da condução das atividades. A participação de uma Entidade Delegatária em sua elaboração é importante para dar celeridade e qualidade às ações elencadas como prioritárias pelo Comitê.

O CEIVAP destinou cerca de R\$1,5 milhão para a revisão do Plano, que consiste na complementação e finalização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, já previstos em seu Plano de Aplicação Plurianual (PAP) para o período 2017-2020. Já o valor total dividido entre os CBHs fluminenses afluentes foi de R\$ 335 mil, aproximadamente R\$ 83 mil de cada Comitê, destinados para a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas Afluentes Fluminenses. ♦



▼ Renata Bley, presidente do Ceivap, entre representantes de Comitês mineiros, ANA e Inea

O desafio das outorgas e os critérios de concessão

Conhecer a quantidade de água utilizada é fundamental para garantir que as atuais e as futuras gerações tenham acesso a este recurso. Isso torna a regularização dos usuários de água que existem no Estado do Rio de Janeiro um dos principais desafios na gestão dos recursos hídricos.

A Outorga de Direito de Uso é uma autorização para utilizar a água acima de uma quantidade de água específica, seja ela superficial ou subterrânea, por prazo determinado, nos termos e nas condições definidas pelo poder público outorgante (União, Estado ou Distrito Federal). O Instituto Estadual do Ambiente (Inea) é o órgão público responsável pela concessão da Outorga nas águas de domínio do Estado do Rio de Janeiro, ou seja, aquelas que têm o seu curso inteiramente contido na área de abrangência do Estado. Devem se regularizar todos aqueles que fazem uso da chamada água bruta, captada diretamente de rios, reservatórios, açudes, barragens, nascentes, lagoas e poços, ou que lançam efluentes (esgoto residencial ou industrial) em corpos hídricos.

O crescimento desordenado das zonas urbanas está diretamente relacionado ao quadro de degradação hídrica e escassez da água. Associada a esses fatores está a industrialização, que influencia diretamente na poluição dos recursos hídricos e o lançamento de grande volume de resíduos, tanto industriais como domésticos, nos corpos d'água.

A Lei Federal 9.433/97, também conhecida como a Lei das Águas, determinou a Política Nacional de Recursos Hídricos e, entre seus instrumentos está o regime de Outorga de Direitos de Uso das Águas, cujo objetivo é:

- o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água; e
- o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.

Um dos volumes dos Cadernos de Capacitação, Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, da Agência Nacional de Águas (ANA) esclarece que, para análise criteriosa de um pedido de outorga, é necessário o conhecimento da realidade hídrica da bacia.

O gerente de Licenciamento de Recursos Hídricos do Inea, Samuel Muylaert, destacou dois fatores que têm reforçado o desafio da concessão de outorgas no Estado do Rio de Janeiro. Um deles, segundo Samuel, é o fato de o órgão gestor dispor de um corpo técnico demasiadamente reduzido frente à demanda de análise. “Hoje o Serviço de Outorga de Recursos Hídricos dispõe de uma equipe de 7 analistas para responder a uma média anual de 630 novos requerimentos”.

Para a presidente do Comitê Piabanha, Rafaela Facchetti, o processo de Outorga, seja de revisão ou de concessão “deve ser agilizado com a contratação de funcionários que possam ampliar e integrar a equipe atual do Inea para que haja mais celeridade no processo de análise de documentos, cadastros e na emissão da certidão de outorga”.

Outra questão apontada pelo representante do Inea é que grande parte dos processos que se encontram em análise carecem de algumas informações básicas. “A título de exemplo, 91% dos processos analisados em 2018, foram notificados, ou seja, foi demandada a complementação e/ou retificação de informações, o que notadamente gera trabalho adicional, no acompanhamento destas notificações e na reanálise”, ressaltou Samuel.

Para a vice-presidente do CBH-MPS, Vera Lúcia Teixeira, “este é um processo que precisamos melhorar, temos ótimas experiências em outros estados. Minas Gerais é um exemplo a ser seguido, pois as outorgas que impactam os recursos hídricos precisam passar pelos Comitês para que os mesmos, através de suas câmaras técnicas, deem seu parecer”.

O representante do Inea destacou algumas medidas que foram elaboradas e colocadas em operação ao longo de 2019 para ampliar a regularização dos usuários de água:

1) Arcabouço Normativo

Em março de 2019, foi publicado pelo Inea um conjunto de Normas Operacionais (NOP-INEA 37 a 44) que, segundo Samuel Muylaert, atualizam e/ou criam regras e critérios, de modo a tornar a abertura e análise de requerimentos mais claras e tornar o processo mais objetivo.

2) Fluxo de trabalho descentralizado

As Superintendências Regionais (SUPs) passam a ter mais autonomia para licenciar e fiscalizar os usos da água conduzidos em seu território de atuação.

Samuel pontuou que este esforço inclui uma série de ações de capacitação que já começaram em 2019 e terão prosseguimento, de modo que as SUPs estejam aptas a conduzir um trabalho integrado e alinhado com os demais setores da instituição.

3) Sistema de Outorga Hídrica (SOUTH)

O representante do Inea destacou algumas das vantagens do SOUTH, criado em 2019, como, por exemplo, que a maior parte dos dados é automaticamente importada de outras bases, o que reduz o tempo de trabalho. Além disso, sua atualização é constante e integrada com as bases da ANA e do Inea. O SOUTH está disponível em todas as unidades da instituição, com acesso via internet.

O caminho para a regularização

O primeiro passo para a regularização é a inscrição no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH) que pode ser encontrado no portal www.cnarh.ana.gov.br. Caso precise de apoio técnico gratuito, basta entrar em contato por telefone ou presencialmente no Inea ou nas Superintendências Regionais. A lista com endereços e telefones está no site www.inea.rj.gov.br.



O GT FUNDRHI e a gestão descentralizada dos recursos

Em meio a contagem regressiva para sediar o maior evento esportivo do planeta, as Olimpíadas de 2016, o Estado do Rio de Janeiro decretou estado de calamidade pública. O Decreto n.º 45.692 de 2016, cita a "grave crise econômica", "severas dificuldades na prestação de serviços essenciais" e a possibilidade de um "total colapso na segurança pública, na saúde, na educação, na mobilidade e na gestão ambiental". Porém, o problema já havia sinalizado seu início alguns anos antes.

Contexto Histórico

Em 2014, a Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ) emitiu o Decreto n.º 44.899 que implantava o Sistema Integrado de Administração Financeira e a Conta Única do Tesouro Estadual (CUTE). O Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI) passava então a ser vinculado à CUTE, administrada pela SEFAZ, contrariando as determinações da Lei Estadual nº 3239/99 que cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRHI) e regulamenta o FUNDRHI.

O FUNDRHI tem como uma das principais fontes de receita a cobrança pelo uso da água. O contingenciamento de seus recursos comprometeriam, portanto, a eficiência do SEGRHI, que preconiza a gestão descentralizada e participativa. Por lei, a arrecadação e a gestão dos recursos do FUNDRHI competem ao Instituto Estadual do Ambiente (Inea), sendo que o seu emprego deve ser feito em consonância com os Planos de Bacia desenvolvidos pelos Comitês de Bacia Hidrográfica e suas respectivas Agências de Águas.

Em consequência ao Decreto nº 44.899, em 2016 e 2017, aproximadamente 200 milhões de reais do FUNDRHI ficaram retidos na CUTE.

Repercussão

Logo em agosto de 2017, o Fórum Fluminense de Comitês de Bacia Hidrográfica (FFCBH) manifestou uma

Moção de Reivindicação para que todos os recursos fossem recuperados e retornassem para as contas para serem utilizados nas ações, programas e projetos dos Comitês.

Em outubro de 2017 foi homologado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Governo Estadual e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente (GAEMA/MPRJ), coordenado pelo promotor de justiça José Alexandre Maximino. O TAC veio para firmar um compromisso do governo estadual para não reter as receitas do FUNDRHI e observar a legislação que o rege.

O ano de 2018 já iniciou com uma carta do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH) que recomendava que todos os Fóruns Estaduais que se encontravam com necessidade de descontingenciamento estabelecessem uma maior interação com os Ministérios Públicos Estaduais para promover medidas a fim de repelir tais práticas.

A repercussão não parou por aí. O TAC foi ainda objeto de pautas no Encontro Estadual de Comitês de Bacia Hidrográfica (ECOB) e no Encontro Nacional, o ENCOB, de 2018. O caso também foi apresentado pelos membros do GAEMA/MPRJ durante o 8º Fórum Mundial da Água, realizado no mesmo ano em Brasília.

Criação do GT FUNDRHI

Foi então que, em setembro de 2018, um Aditivo ao TAC foi homologado entre o Ministério Público e o Governo do Estado em que pactuou-se a restituição dos recursos e a instituição de um Grupo de Trabalho, o GT FUNDRHI. A Resolução nº 211 de 2018 do CERHI-RJ definiu, entre outras questões, que o Grupo deveria ser composto por membros do Poder Público, Sociedade Civil, Usuários de Água e Comitês de Bacia.

Para a presidente do Comitê Piabana, Rafaela Facchetti, a participação dos Comitês no GT FUNDRHI é funda-

mental já que permite acompanhar mais de perto o retorno dos recursos para que sejam aplicados em projetos.



No nosso sentir, o GT, tal como criado e na forma que vem atuando, concretiza os princípios da transparência, controle social e eficiência, tão almejados pela coletividade”

A vice-presidente do Comitê Médio Paraíba do Sul, Vera Lúcia Teixeira, acrescentou ainda que “os comitês têm um papel primordial no grupo, pois nele que são definidos, em comum acordo, os valores que cada um vai receber em cada parcela de devolução, sempre priorizando a aplicação eficiente do recurso”.

A Resolução que definiu sua criação prevê ainda que o GT se reúna ao menos uma vez por mês e tenha duração de um ano, podendo ser prorrogável por igual período. Para o promotor de Justiça do GAEMA/MPRJ, José Alexandre Maximino, é fundamental que o GT FUNDRHI seja mantido.

“Sua gênese participativa e descentralizada permite maior gestão democrática sobre os recursos. No nosso sentir, o GT, tal como criado e na forma que vem atuando, concretiza os princípios da transparência, controle social e eficiência, tão almejados pela coletividade”, ressaltou o promotor.

O diretor presidente do Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, João Gomes de Siqueira, reiterou a importância do GT FUNDRHI no que diz respeito à transparência das ações. “O GT permite a tranquilidade e a segurança de que nós somos os participantes de todo o processo. Sua criação foi a meu ver um dos maiores exemplos de democracia, justiça, equidade e integração que eu vi dentro do Sistema de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro”, declarou. ♦

Comitê Rio Dois Rios investe em projetos de coleta e tratamento de esgoto

Osaneamento é um direito essencial garantido constitucionalmente no Brasil. Entender os aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais em que vive uma população contribui diretamente para a redução das desigualdades, promoção de uma vida digna, ampliação da produtividade e das oportunidades. A ausência ou insuficiência dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário causa impacto direto à saúde pública e ao meio ambiente.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o principal objetivo do saneamento é a promoção da saúde do homem, visto que muitas doenças podem proliferar devido à ausência desse serviço. Por isso, a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem frente à situações como esta é vista como um dos principais desafios em nosso país.

No entanto, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS 2017, no Brasil, 52,36% da população têm acesso à coleta de esgoto. Em 2017 o país lançou o equivalente a 5.622 piscinas olímpicas de esgoto não tratado na natureza, segundo Ranking do Saneamento 2019 do Instituto Trata Brasil.

No intuito de recuperar a Bacia do Rio Dois Rios e fomentar a universalização dos serviços de saneamento ambiental, o Comitê Rio Dois Rios (CBH-R2R) tem investido desde 2013 recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água na elaboração de projetos de Sistema de Esgotamento Sanitário (SES). O objetivo é reduzir os impactos do descarte de efluentes não tratados nos corpos hídricos da bacia hidrográfica.

Histórico de implantação

A partir de 2013, o CBH-R2R iniciou uma nova fase de investimentos, com ênfase na elaboração de projetos

executivos de sistemas de esgotamento sanitário, ao identificar uma fragilidade dos municípios em avançar nesse sentido.

O CBH-R2R lançou então os editais CBH – R2R nº 01/2013, nº 01/2014 e nº 01/2015 para que os municípios apresentassem suas demandas e manifestassem seu interesse em receber projetos de sistemas de coleta e tratamento de efluentes. Foram ainda definidos os critérios para priorização das demandas apresentadas e habilitadas no processo de seleção. O Comitê definiu ainda que somente são contempladas as propostas de áreas que não possuam Estação de Tratamento de Efluentes instaladas na localidade. Em 2015, através da Resolução CBH-R2R nº 45, foram unificados os resultados dos três editais.

Foram finalizados em 2019 os projetos para os municípios de Cordeiro, Santa Maria Madalena e Macuco. Os projetos dos municípios de São Fidélis e Bom Jardim estão em fase de elaboração. Outros municípios hierarquizados são Nova Friburgo, Trajano de Moraes e Duas Barras, que estão na sequência de atendimento. Os projetos incluem rede de coleta, estações elevatórias e estação de tratamento de esgoto.



► Da esq. p/ dir.: a diretora do CBH-R2R, Alessandra Assunção, a vice-prefeita de Macuco, Michelle Bianchini, o prefeito de Macuco, Bruno Boaretto, e o secretário de Meio Ambiente e Defesa Civil de Macuco, Firmo Daflon

Vídeo da Entrega SES Cordeiro-RJ



Municípios contemplados recebem seus projetos

Na ocasião da entrega do projeto em Macuco-RJ, primeiro município a receber projeto de Esgotamento Sanitário do Comitê Rio Dois Rios, o prefeito Bruno Boaretto, falou da importância deste investimento.

“Nossa intenção em primeiro lugar é conscientizar a todos que investir em esgotamento sanitário vai trazer uma melhora para o meio ambiente, mas também para a saúde das pessoas e desenvolvimento das nossas crianças. É um momento muito feliz para o município que está dando seu primeiro passo rumo ao desenvolvimento”, afirmou o prefeito de Macuco-RJ.

No evento de entrega do projeto ao município de Cordeiro-RJ, a vice-prefeita Maria Helena Vasconcellos destacou que “o município tem esta urgência em fazer o devido tratamento do esgoto e da água. A iniciativa representa um investimento para garantir qualidade de vida para as futuras gerações que vivem no município”.

O secretário municipal de meio ambiente de Cordeiro-RJ, Amarildo Lanes Luz, explicou também que “atualmente treze por cento do esgoto gerado no município é tratado e, com este projeto estima-se que este valor possa subir para oitenta por cento”.

O montante total do investimento do Comitê Rio Dois Rios para projetos de coleta e tratamento de esgoto é de aproximadamente R\$ 6 milhões para execução entre os anos de 2018 a 2022. O investimento está previs-

to no Plano de Aplicação Plurianual (PAP) do Comitê que é o instrumento de planejamento e orientação dos desembolsos a serem executados com recursos provenientes da arrecadação da cobrança pelo uso da água, aprovado através da Resolução CBH-R2R nº 52/2017.

Ainda em 2019 houve, por exemplo, a participação dos municípios da área de atuação do CBH-R2R no Edital PROTRATAR CEIVAP II. O CBH-R2R, por meio de sua Entidade Delegatária, a AGEVAP, apoiou tecnicamente os gestores municipais na inscrição neste edital. Trata-se de uma oportunidade para o município retirar o projeto do papel e transformá-lo em realidade.

“Em posse dos projetos, as prefeituras podem pleitear junto ao Governo Federal recursos para o financiamento completo da obra”, esclareceu a diretora do CBH-R2R, Alessandra Assunção. ♦

Da esq. p/ dir.: vice-prefeita de Cordeiro-RJ, Maria Helena Vasconcellos, secretário municipal de Meio Ambiente, Amarildo Lanes Luz, diretor-presidente do CBH-R2R, Lício de Sá Freire, e o membro do CBH-R2R, Paulo Roberto Araújo.

Vídeo da Entrega SES Macuco-RJ



Encontros Técnicos discutem gerenciamento de Recursos Hídricos

Os Encontros Técnicos gradativamente têm se consolidado como uma referência em capacitar o público participante e os membros do Comitê Rio Dois Rios (CBH-R2R), além de promover o debate e a discussão de temas fundamentais na gestão dos recursos hídricos.

A primeira edição ocorreu em 2016, a segunda em 2018 e em 2019, o evento ocorreu pela primeira vez em parceria com a Superintendência Regional Dois Rios do Instituto Estadual do Ambiente (Suprid/Inea). Foram apresentados e discutidos um dos quatro eixos da Política Nacional de Saneamento Básico que é o gerenciamento de resíduos sólidos.

O CBH-R2R entende que esse eixo do saneamento é extremamente importante para a gestão das águas em sua área de atuação. Quer seja por causa dos resíduos domiciliares destinados inadequadamente na região, como também, resíduos especiais como o de construção civil, atividades agropecuárias, e também resíduos industriais. Todos esses, em destinação inadequada, resultam mais cedo ou mais tarde no comprometimento da qualidade e quantidade da água. Segundo o membro do CBH-R2R, Vicente Bastos Ribeiro, “considerando que a bacia hidrográfica também representa a rede natural de drenagem de uma região,



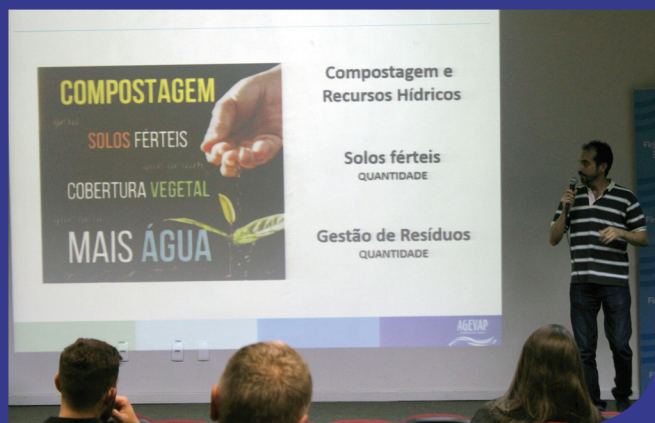
os resíduos sem destinação adequada acabam poluindo a bacia, portanto, a destinação correta de resíduos sólidos é fundamental para a qualidade das águas das bacias hidrográficas.”

Todos os Encontros Técnicos têm entrada gratuita e o público-alvo são membros do CBH-R2R e de outros comitês, técnicos e gestores de órgãos ambientais, estudantes e profissionais da área de gestão ambiental além da população em geral. A perspectiva é que outros eventos em conjunto sejam realizados no futuro.

“Os arranjos institucionais como o ocorrido neste III Encontro Técnico



podem perfeitamente se repetir envolvendo parcerias com o Inea, Firjan, e outras instituições”, acrescentou Vicente Bastos Ribeiro. 💧



Projeto Diagnóstico e Intervenção: ações do CBH-R2R em prol da segurança hídrica



O Projeto Diagnóstico e Intervenção é uma iniciativa do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Dois Rios (CBH-R2R) que busca desenvolver e implementar projetos pilotos nas microbacias da região, de forma a determinar seu estado atual, assim como propor e implementar ações necessárias para melhoria da qualidade e quantidade de água na Região Hidrográfica VII (RH-VII) e, conseqüentemente, na bacia do rio Paraíba do Sul.

O projeto nasce da vontade do CBH-R2R de se aproximar das questões socioambientais, econômicas e político-institucionais de sua área de atuação, e daqueles que habitam, fazem o uso, impactam e são impactados – direta e indiretamente – pela dinâmica hídrica da região. Os parceiros institucionais são peças-chave deste projeto, com destaque para os arranjos locais e junto ao Estado.

Definição de área prioritárias

Segundo dados do Atlas dos Mananciais de Abastecimento Público do Estado do Rio de Janeiro, do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), foram observadas áreas de alta prioridade para proteção de mananciais em mais de 40% da RH-VII. Estas áreas se caracterizam, principalmente, pelos elevados índices de fragilidade ambiental, decorrentes da degradação das Áreas Preservação Permanente (APPs) e da suscetibilidade à erosão.

Buscando promover e implementar políticas que visem a segurança hídrica nas regiões hidrográficas do Estado, o Inea delimitou, neste estudo, áreas de interesse de proteção e recuperação de mananciais para abastecimento público (AIPM), caracterizan-

do-as quanto as demandas por ações de conservação e recuperação da qualidade e quantidade de água. Com base nestas informações, o CBH-R2R apontou, inicialmente, áreas prioritárias alvo do Projeto Diagnóstico e Intervenção.

Após a priorização inicial das áreas de atuação do projeto, o CBH-R2R entendeu ser necessário realizar, também, um diagnóstico ambiental das demais microbacias da RH-VII. Neste sentido, está sendo desenvolvida uma base de dados e informações para caracterização e priorização das microbacias.

Ações de intervenção

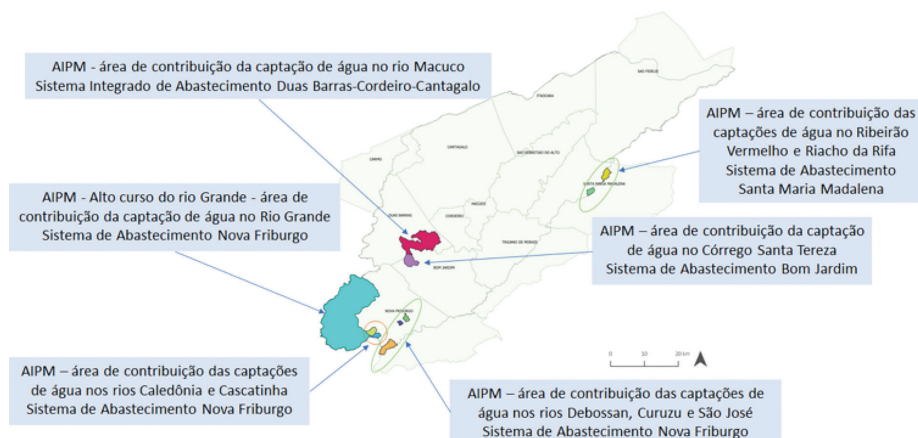
O Projeto Diagnóstico e Intervenção prevê um rol de boas práticas socioambientais e agrícolas, e a elaboração de projetos técnicos executivos, que serão desenvolvidos junto aos agricultores e parceiros do projeto. As ações são voltadas para a produção de água (quantidade), com investimento em ações como: restauração florestal das áreas de recarga hídrica, recuperação/conservação de nascentes e uso racional da água em atividades agrícolas; e para a melhoria da qualidade da água e a conservação da biodiversidade, por meio do incentivo a adoção de

boas práticas agrícolas, saneamento rural, entre outras.

O Escritório de Projetos (**Leia mais na pág. 03**) e a secretaria executiva do CBH-R2R representam o apoio operacional para o desenvolvimento e implementação deste projeto. As atividades incluem saídas de campo, levantamento de informações, análise de dados, articulação institucional, entre outros, além do desenvolvimento de termos de referência para contratação de serviços referentes as ações a serem implementadas.

Para implementação das ações, o Comitê deliberou o investimento de recursos da cobrança pelo uso da água, previstos no seu Plano de Aplicação Plurianual (PAP), para o período de 2018 a 2022.

A importância do Projeto Diagnóstico e Intervenção na gestão dos recursos hídricos foi destacada pelo coordenador da Câmara Técnica Permanente Institucional e Legal do CBH-R2R, Ocimar Alves Teixeira. Para ele, “somente conhecendo a realidade e tendo a sustentabilidade de fazer um trabalho bem feito é que podemos fazer jorrar novamente a esperança na vida das pessoas que tanto dependem da água”. 💧



▼ Áreas prioritárias RH-VII



A gestão 2019-2020 do Comitê Rio Dois Rios

Em 2019, o Comitê Rio Dois Rios (CBH-R2R) passou a contar com uma nova composição. Foram empossados os novos membros do Plenário e o novo Diretório eleito para a gestão 2019-2020. O comitê é composto por representantes do Poder Público, Usuários de Água e Sociedade Civil.

O diretório do CBH-R2R é composto por seis de seus membros - dois representantes dos Usuários de Água, dois representantes da Sociedade Civil e dois representantes do Poder Público. Para a gestão 2019-2020, foram eleitos como diretor presidente, Lício de Sá Freire (FIPERJ), e vice-presidente, Valbert Schot (CECNA), além da secretária-executiva, Alda Maria de Oliveira (Instituto Bioacqua). Os diretores-administrativos são: Jovino Fernandes Azeredo Júnior representando a Firjan, Mayná Coutinho Moraes, representando a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) e, representando o Instituto Estadual do Ambiente (Inea), Leonardo Ivan Debossan.

O novo diretor presidente, Lício de Sá Freire, destacou como meta desta nova gestão fortalecer o sistema de monitoramento e acrescentou ainda como desafio melhorar o contato com a população através de projetos de

conscientização e preservação relativos ao uso responsável da água. “A população deve conhecer o trabalho feito pelos comitês e se tornar nossa parceira em todas as ações voltadas para os cuidados com os recursos hídricos e meio ambiente”, ressaltou Lício.

Foram empossados ainda os novos membros do Plenário num total de 13 representantes do Poder Público, 6 re-

presentantes dos Usuários de Água e 10 membros da Sociedade Civil, somando membros titulares e suplentes. Por fim, foram indicados os nomes para compor a Câmara Técnica Permanente Institucional Legal que é composta por membros do Plenário e profissionais por eles indicados. Cabe à Câmara Técnica dar apoio ao Diretório e Plenário nos assuntos de sua competência. ♦



▼ Comissão eleitoral assinando os termos de posse dos novos membros do CBH-R2R (da esq. p/ dir.): Sergio Paiva (Beer Alliance); Valbert Schott (Cecna) e Lício de Sá Freire (Fiperj)

Rio Dois Rios

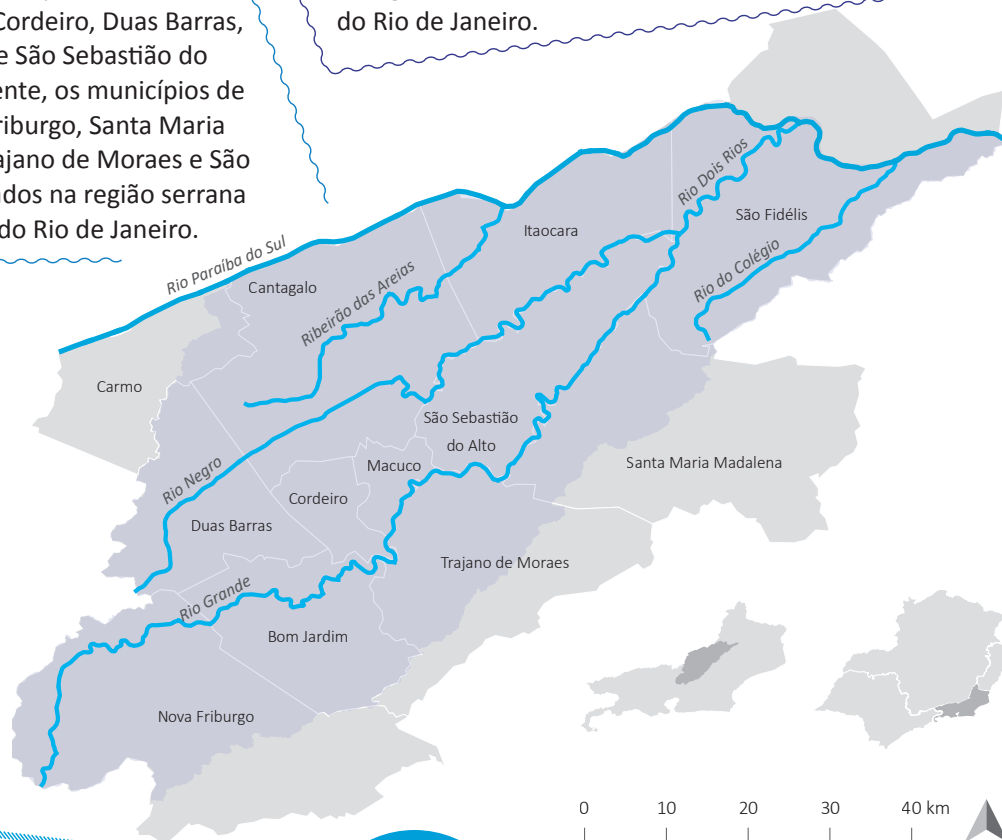
Comitê da Bacia Hidrográfica

quem somos:

Com sede no município de Nova Friburgo/RJ, o Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Rio Dois Rios teve sua criação aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos em 13 de novembro de 2003, sendo reconhecido e qualificado pelo Decreto Estadual nº 41.472, de 11 de setembro de 2008, cuja redação foi alterada pelo Decreto Estadual nº 45.460/2015. O Comitê tem como objetivo promover a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da Região Hidrográfica VII (RH-VII) do Estado do Rio de Janeiro.

área de atuação:

A área de atuação do Comitê abrange, integralmente, os municípios de Bom Jardim, Cantagalo, Cordeiro, Duas Barras, Itaocara, Macuco e São Sebastião do Alto e, parcialmente, os municípios de Carmo, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, Trajano de Moraes e São Fidélis, situados na região serrana do estado do Rio de Janeiro.



composição:

24
membros

8
Poder Público

8
Sociedade Civil

8
Usuários de Água

- Ass. Indústria Cervejeira de Nova Friburgo e Região-Beer Alliance
- Fazenda Soledade LTDA
- Lafarge Holcim Brasil S.A.
- CEDAE
- Águas de Nova Friburgo LTDA
- FIRJAN

- P.M. Nova Friburgo
- FIPERJ
- INEA
- P.M. Itaocara
- P.M. Duas Barras
- P.M. Cordeiro
- P.M. Bom Jardim
- P.M. Santa Maria Madalena
- EMBRAPA
- P.M. São Fidélis
- P.M. Macuco
- P.M. Cantagalo
- P.M. São Sebastião do Alto

- CECNA
- ACIANF
- APEDEMA
- AEANF
- BIOACQUA
- CONRURAL
- APROJAN
- Loja Maçônica Pátria e Família Nº 579 – Cordeiro
- ACAMPAR-RJ
- FONASC

Av. Julius Arp, 85
Centro – Nova Friburgo/RJ
CEP: 28.623-000

- (22) 2523-4881
- cbhriodoisrios@agevap.org.br
- @cbhrio2rios

<http://www.cbhriodoisrios.org.br/>



Instituições Titulares e Suplentes



A Sala de Monitoramento e a Gestão Participativa do CBH-BPSI

A Sala de Monitoramento é um espaço com informações referentes aos eventos hídricos da região do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana. São atividades de acompanhamento, análise, avaliação, planejamento e alerta para diminuir os impactos causados por esses eventos, disponibilizando ao público dados e informações relevantes locais e regionais de nossa bacia.

O Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (CBH-BPSI) criou essa importante ferramenta de monitoramento e análise de dados gerados na bacia para fins de subsidiar ações de gestão dos seus recursos hídricos.

Em 2012 foi criado o Grupo de Trabalho para Manejo de Comportas (GTMC), que trouxe avanços na gestão das situações de emergência dos canais e comportas da Baixada Campista

com reflexos positivos na gestão de conflitos seculares da nossa região. No entanto, segundo o diretor presidente do CBH-BPSI, João Gomes de Siqueira, cada vez mais sentia-se falta de um sistema de monitoramento preciso que pudesse respaldar as decisões e as avaliações feitas pelo GTMC.

“O GTMC trabalhava por demandas. Atendia a pedidos de acordo com a avaliação técnica do próprio grupo, de pessoas conhecedoras da região. Mas isso não era suficiente para nós, comitê. Então essa situação foi uma

que nos motivou a destinar os recursos do PAP para compra e aquisição de materiais que pudessem fazer o monitoramento das águas do sistema de canais da baixada campista”, ressaltou o diretor presidente.

A Sala de Monitoramento é atualmente o principal projeto do Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana e concentra as principais ações e recursos a serem executados nos próximos anos. O espaço físico está localizado na sede do Comitê e é aberto a visitas, tendo já recebido estu-

A Sala de Monitoramento é atualmente o principal projeto do Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana e concentra as principais ações e recursos a serem executados nos próximos anos. O espaço físico está localizado na sede do Comitê e é aberto a visitas, tendo já recebido estudantes, pesquisadores e professores de diferentes instituições de ensino.

dantes, pesquisadores e professores de diferentes instituições de ensino.

Toda a estrutura, de acordo com João Gomes de Siqueira, foi desenvolvida contando com a colaboração de diferentes instituições. “Tivemos o apoio do próprio Inea, de diversas instituições de ensino da região através dos seus professores e técnicos, após a chegada dos materiais”, destacou o diretor presidente.

João Gomes de Siqueira acrescentou ainda que com o projeto hoje é possível ampliar o monitoramento não só da baixada campista mas de todo o Paraíba do Sul e parte do Itabapoana. “Hoje nós monitoramos o Rio Paraíba do Sul desde Santa Cecília, os seus afluentes fluminenses, Piabanha e Rio Dois Rios, e também seus afluentes mineiros, o Preto Paraibuna, o Pomba Muriaé e até o Itabapoana, cobrindo toda a área de nossa bacia. É o projeto de maior sucesso do comitê de bacia até hoje, dada a grande visibilidade e o enorme conhecimento técnico que estamos adquirindo com o uso diário desses equipamentos para que possamos fazer a melhor gestão do nosso comitê”, ressaltou João.

Em 2019 foi lançado ainda o site da Sala de Monitoramento. A página salademonitoramento.cbhbaixoparaiba.org.br é uma ferramenta importante para a gestão de recursos hídricos. Além do relatório hídrico diário, no endereço é disponibilizado um banco de dados com documentos, estudos e projetos relacionados



▼ Fachada da Sede do CBH-BPSI

à Região Hidrográfica IX, dentre outras seções.

João Gomes de Siqueira esclareceu ainda que “para os membros do Comitê, o site ajudará na tomada de decisões. Para a sociedade, será de grande utilidade para conhecer melhor a região dando ao Comitê uma grande visibilidade. Tudo ao alcance de um acesso ao site. É o Comitê chegando ainda mais próximo dos 22 municípios em toda área da Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana”. ♦



Para os membros do Comitê, o site ajudará na tomada de decisões. Para a sociedade, será de grande utilidade para conhecer melhor a região dando ao Comitê uma grande visibilidade. Tudo ao alcance de um acesso ao site”



▼ Estagiários da Sala de Monitoramento - Antonio Ivo e Leandro Freitas

As novidades do PAP 2019-2022

Ao final de 2018 foi aprovado pela Plenária do Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (CBH-BPSI) o novo Plano de Aplicação Plurianual (PAP) para o período de 2019-2022. É através do PAP que os Comitês de Bacia orientam seus estudos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água em toda a Região Hidrográfica. A aprovação ocorreu por meio da Resolução de número 30 do Comitê. O PAP propicia o investimento em ações estruturais e estruturantes, visando a otimização da aplicação dos recursos, o aperfeiçoamento da gestão e melhoria da qualidade e disponibilidade da água.

O novo PAP do CBH-BPSI trouxe algumas mudanças importantes, como a escolha de um projeto como "carro-

-chefe", que é a Sala de Monitoramento (**Leia mais na página 26**). Estão previstos ainda investimentos na área de saneamento, na área de Comunicação Social, controle de inundações, recuperações de Áreas de Preservação Permanente (APP), Ações do Diretório e apoio à eventos. Ao final dos quatro anos de vigência, o Comitê pretende ter investido cerca de R\$ 9 milhões dentro de sua área de atuação, a Região Hidrográfica Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (RH-IX).

A Resolução nº 30 do CBH-BPSI define ainda em seu artigo 4º que para atingir a eficiência e eficácia da execução do Plano de Aplicação Plurianual poderão anualmente ser feitas revisões ou atualizações decorrentes da aplicação de recursos financeiros que se fizerem necessárias. ◆

O PAP propicia o investimento em ações estruturais e estruturantes, visando a otimização da aplicação dos recursos, o aperfeiçoamento da gestão e melhoria da qualidade e disponibilidade da água.





Comitê promove a gestão participativa através do incentivo à pesquisa

O estímulo ao ensino e à pesquisa é um importante alicerce sobre o qual são fundamentadas as decisões do Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (CBH-BPSI). Por isso, o Comitê, em 2018, através do Edital nº 04/2018, selecionou trabalhos técnicos e científicos a serem contemplados com auxílio financeiro para sua elaboração.

De acordo com o diretor presidente do CBH-BPSI, João Gomes de Siqueira, o lançamento do edital de Auxílio à Pesquisa foi viabilizado pelo Comitê de Integração da Bacia



Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) que ofereceu o aporte financeiro necessário para esta iniciativa. “Nós definimos os valores para apoiar os projetos de mestrado, doutorado e também iniciação científica, cada um com um valor diferente, visando a estimular o maior número de projetos, o que deu certo. O edital foi um sucesso já que foram inscritos trinta projetos e destes, quinze foram selecionados por atenderem a todos os requisitos”, ressaltou o diretor presidente.

Os quinze projetos contemplados estiveram em fase de execução durante o ano de 2019. Foram três trabalhos de conclusão de cursos de graduação, nove de mestrado e três de doutorado de alunos da Universidade Estadual do Norte Fluminense, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense e Instituto Federal Fluminense. Ao todo foram investidos nos projetos R\$ 82.393,48.

O prazo máximo para a execução dos estudos é contado a partir do depósito do auxílio e tem limite de um ano para quem cursa graduação, especialização ou mestrado e até dois anos para quem está cursando o doutorado.

No III Simpósio de Recursos Hídricos, realizado pelo CBH-BPSI em agosto de 2019, foram apresentados os banners dos projetos. Ainda segundo o diretor presidente do CBH-BPSI, os trabalhos irão subsidiar o banco de dados e embasar as discussões e ações do Comitê, colaborando assim com a gestão dos recursos hídricos da Região Hidrográfica IX – Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana. “Nossa expectativa é que todo ano possamos lançar editais como esse. Assim poderemos estimular e apoiar a pesquisa científica e obter dados cada vez mais ricos e atualizados sobre nossa região”, destacou João. ♦





A celebração dos 10 anos do Comitê BPSI

O ano de 2019 foi especial para o Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana que comemorou seu aniversário de 10 anos. A celebração aconteceu durante sua primeira reunião ordinária plenária em 20 de março.

O evento iniciou com a palestra do Diretor de Hidrologia da Agência Nacional de Águas (ANA), Ney Maranhão, que trouxe uma série de informações e impressões sobre o atual cenário político relativo aos recursos hídricos em âmbito nacional e local.

Após a palestra, os convidados puderam conferir uma apresentação cultural em que participaram poetas de diferentes municípios integrantes da área de atuação do Comitê. Eles declamaram poesias sobre a região hidrográfica Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana e emocionaram o público.

Logo depois foram homenageados os diretores que assumiram as gestões do Comitê ao longo dos últimos 10 anos. Houve sessão de fotos e entrega de certificados como forma de reconhecimento ao honroso trabalho por eles prestado e toda sua dedicação.

A plenária comemorativa foi encerrada com o anúncio do vencedor do Concurso de Fotografia lançado em fevereiro e que teve como tema “As belezas dos rios e lagoas da região do Baixo Paraíba do Sul e do Itabapoana”. A foto eleita como vencedora é de autoria de Antônio Ivo Gomes Barbosa que registrou o Rio Ururaí. A imagem ficará exposta permanentemente em painel na sede do Comitê.

Como parte da comemoração dos 10 anos do Comitê, foi inaugurado, no dia 22 de março, um bosque de espécies nativas da Mata Atlântica, na margem do rio Paraíba do Sul, no bairro Parque Aldeia, em Campos dos Goytacazes.



▼ À mesa, da esq.p/dir.: Vera Lúcia Teixeira (CBH Médio Paraíba do Sul); René Justen (Superintendente do INEA em Campos dos Goytacazes); Ney Maranhão (Diretor de Hidrologia da Agência Nacional de Águas); João Gomes de Siqueira (Diretor Presidente do CBH-BPSI); Leonardo Barreto (Secretário Mun. de Desenvolvimento Ambiental de Campos dos Goytacazes); Olney Vieira (Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários da UENF); Carlos Ronald (Diretor Secretário do CBH-BPSI) e Juliana Fernandes (Diretora da AGEVAP).



▼ Diretor Presidente, João Gomes (UENF); Ex-Diretor Administrativo, Luiz Mário Concebida; Diretor Secretário, Carlos Ronald Macabu (Prefeitura de Campos dos Goytacazes); Diretor Administrativo, Vicente Oliveira (IFF); Diretor Administrativo, Zenilson Coutinho (ASFLUCAN).



▼ Foto do Rio Ururaí, vencedora do Concurso de Fotografia, por Antônio Ivo Gomes Barbosa.



COMITÊ DE BACIA
HIDROGRÁFICA

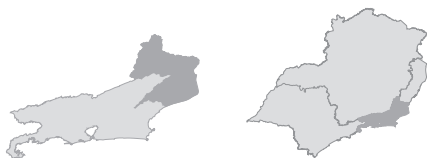
BAIXO
PARAIBA DO SUL
E ITABAPOANA

quem somos:

Com sede no município de Campos dos Goytacazes/RJ, o Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana foi instituído pelo Decreto Estadual nº 41.720, de 03 de março de 2009, cuja redação foi alterada pelo Decreto Estadual nº 45.584/2016. O Comitê tem como objetivo promover a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da Região Hidrográfica IX (RH-IX) do Estado do Rio de Janeiro.

área de atuação:

A área de atuação do Comitê abrange, integralmente, os municípios de Campos dos Goytacazes, Quissamã, Natividade, São João da Barra, Cambuci, Itaperuna, São José de Ubá, Itálva, Santo Antônio de Pádua, Cardoso Moreira, Aperibé, Miracema, Varre-Sai, São Francisco de Itabapoana, Porciúncula e Laje do Muriaé, assim como, parcialmente, os municípios de Trajano de Moraes, Conceição de Macabu, Carapebus, São Fidélis, Santa Maria Madalena e Bom Jesus do Itabapoana, situados na regiões norte e noroeste fluminenses do Estado do Rio de Janeiro.



Composição:

30
membros

10
Usuários
de Água

10
Poder
Público

10
Sociedade
Civil

Águas do Paraíba S/A
CEDAE
Sind. Rural Campos dos Goytacazes
APROMEPS
ASFLUCAN
COAGRO
FIRJAN
SISERJ
COPAPA
ABRAGEL
Porto do Açú S/A
Pousada Ecorrural Rancho Ouro Preto
Colônia Z27

INEA
REDEC NORTE
FIPERJ
P.M. Campos dos Goytacazes
P.M. São João da Barra
P.M. Quissamã
P.M. Carapebus
P.M. Cardoso Moreira
P.M. São Francisco de Itabapoana
P.M. Bom Jesus do Itabapoana
P.M. São Fidélis
P.M. São José de Ubá
P.M. Miracema
P.M. Natividade
P.M. Itálva

NEA – BC
Rotary Club – Itaperuna
IDANNF
OAB
UENF
UFF
UFRRJ
IFF
Ecoanzol

Av. Alberto Lamego, nº 2.000 (UENF)
Prédio P5 - térreo (ao lado do Bradesco)
Parque Califórnia - Campos dos Goytacazes/RJ
CEP: 28.013-602

(22) 2725 9023
 cbhbaixops@agevap.org.br
 @cbh.bpsi

<http://www.cbhbaixoparaiba.org.br/>



SIGA:

transparência e democratização do acesso à informação

O portal do SIGA (Sistema Integrado de Gestão das Águas) tem como objetivo principal auxiliar a tomada de decisão no processo de gestão por bacias. O sistema tem como premissa a divulgação de informações sobre a situação qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos.

Desta forma, o SIGA viabiliza a descentralização da obtenção e produção de dados, garantindo à sociedade o acesso às informações e, principalmente, possibilitando a coordenação unificada da bacia hidrográfica.

O QUE ENCONTRAREI NO SIGA?

Principais tópicos

A vazão e nível dos reservatórios e dos 21 pontos de monitoramento da Bacia do Rio Paraíba do Sul. Estas informações são atualizadas diariamente, de modo automático, na medida em que os dados são publicados pela Agência Nacional de Águas (ANA). Estão disponíveis ainda os relatórios diários e semanais dos reservatórios, informações de previsão do tempo para cada município da bacia e outros links importantes.

Banco de dados espaciais com grande volume de dados sobre a Bacia do Rio Paraíba do Sul. Neste sistema, o usuário poderá escolher entre mais de 1.300 camadas (layers) para baixar em formato ESRI shapefile (*.shp) ou Google KML.

A situação da bacia em termos de quantidade e qualidade da água por trecho de rio.

Produtos e relatórios referentes aos resultados dos projetos realizados pelos Comitês.

Informações e indicadores sobre os municípios e sobre toda a bacia de forma simples e intuitiva. Para verificar a lista de informações disponíveis, o usuário poderá definir os níveis de consulta a partir de um Município, Comitê, Estado ou Bacia.

Fichas detalhadas com todas informações de cada projeto realizado.

Todas as informações estão disponibilizadas com total transparência!



Acesse
<http://sigaceivap.org.br>

REVISTA

QUATRO Águas



Comitê Piabanha

Rua Teresa, 1515 – sala 114 - Hiper Shopping ABC
Alto da Serra - Petrópolis/RJ - CEP: 25.635-530
Tel.: (24) 2237-9913
cbhpiabanha@agevap.org.br

Comitê Médio Paraíba do Sul

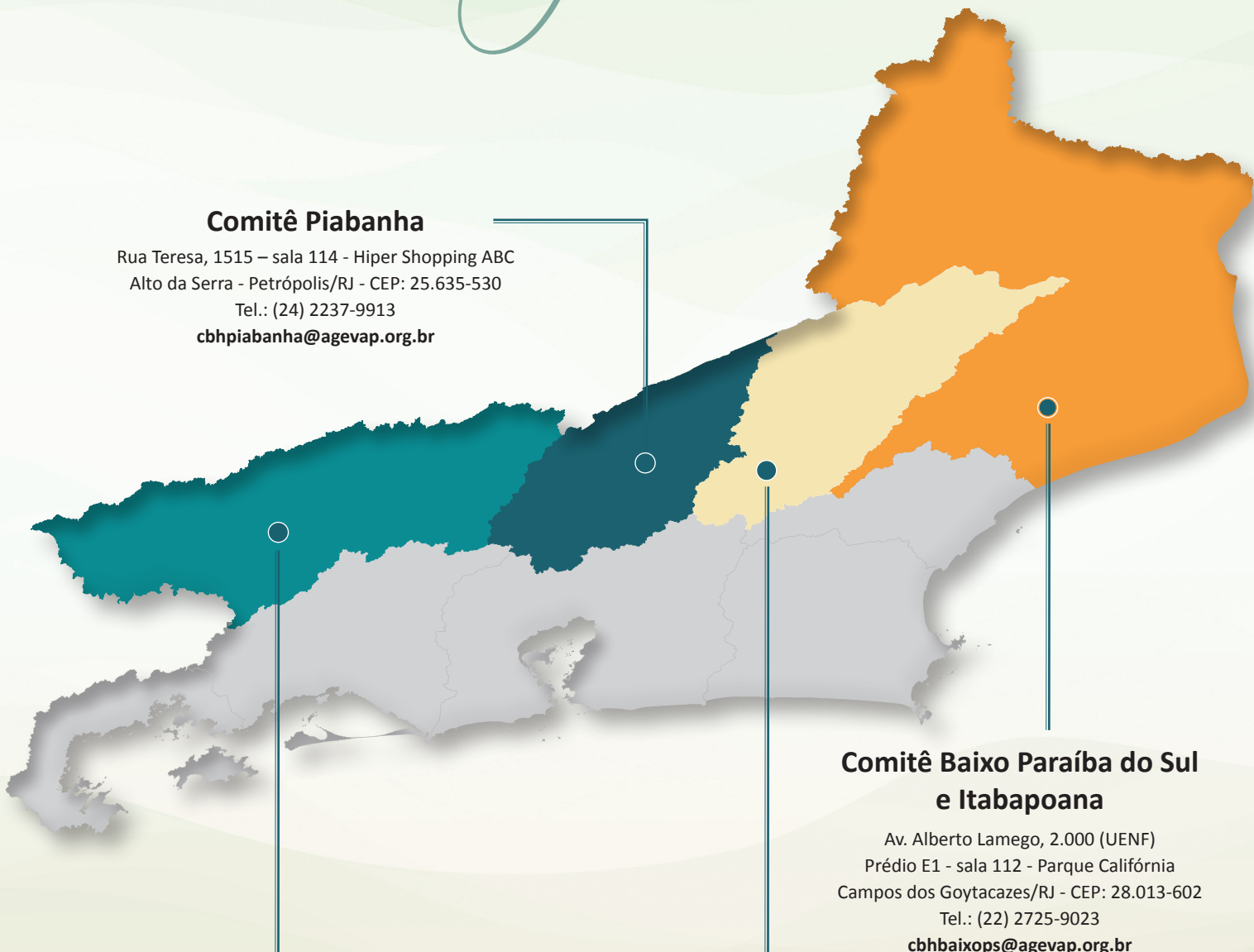
Rua Cincinato Braga, 221 - Aterrado
Volta Redonda/RJ - CEP: 27.213-040
Tel.: (24) 3337-5661
cbhmediops@agevap.org.br

Comitê Rio Dois Rios

Av. Julius Arp, 85 - Centro
Nova Friburgo/RJ - CEP: 28.623-000
Tel.: (22) 2523-4881
cbhriodoisrios@agevap.org.br

Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana

Av. Alberto Lamego, 2.000 (UENF)
Prédio E1 - sala 112 - Parque Califórnia
Campos dos Goytacazes/RJ - CEP: 28.013-602
Tel.: (22) 2725-9023
cbhbaixops@agevap.org.br



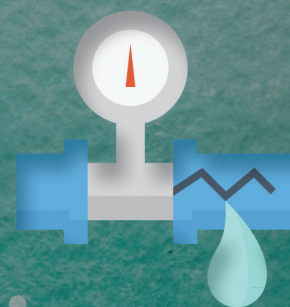
Dica da Quatro Águas: O uso sustentável da água

Proteja as florestas, as encostas e não jogue lixo nem destrua a vegetação às margens de rios (mata ciliar). Assim você evita o assoreamento dos rios, o agravamento das enchentes e a piora da qualidade da água que consumimos.



Descarte lixo, entulho, móveis, colchões e animais mortos somente em locais adequados; nunca a céu aberto ou diretamente nos rios.

Para detectar vazamentos como canos furados, mantenha os registros abertos e feche todas as torneiras e saídas de água do imóvel, não use o sanitário e observe se o relógio de água (hidrômetro) se altera depois de uma hora sem uso de água.



Ao lavar o carro use o balde com pano em vez de mangueira.



Não use mangueira para limpar a calçada e sim uma vassoura. Quando necessário, use um balde no final da limpeza.

Utilize a máquina de lavar roupas apenas em sua capacidade total. Uma lavadora de cinco quilos consome 135 litros de água a cada uso. Quando possível, reutilize a água na limpeza do quintal ou da calçada.



Não tome banhos demorados e feche a torneira para se ensaboar e lavar a cabeça. O consumo de água será três vezes menor do que numa chuveirada de 15 minutos seguidos.

O Brasil detém 12% das reservas de água doce de superfície que existe no planeta, em rios e lagos. Boa parte dessa água é consumida por você e sua família.

Proteger nossos corpos d'água é fundamental para garantir o abastecimento desta e das futuras gerações.

FONTE: ANA/ Inea

Assista ao vídeo da Agência Nacional de Águas "O Uso Racional da Água":

